



# Política, Esporte e Mídia Impressa

Augusto Cesar Rios Leiro, Luiz Carlos Rocha,  
Martha Benevides da Costa & Micheli Venturini



# Política, Esporte e Mídia Impressa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA  
Dora Leal Rosa



VICE-REITOR  
Rogério Bastos Leal

PRESIDENTE  
Dilma Vana Rousseff



LIDERES DO GRUPO MEL  
Augusto Cesar Rios Leiro  
Romilson Augusto dos Santos



MINISTRO DOS ESPORTES  
Aldo Rabelo  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO  
Luis Manuel Rebelo Fernandes



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DIRETORA  
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa



SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO,  
LAZER E INCLUSÃO SOCIAL  
Afonso Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

TITULARES

Agnelo Szaniecki Perret Serpa  
Caiuby Álves da Costa  
Charbel Niño El Hani  
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti  
José Teixeira Cavalcante Filho  
Alberto Brum Novaes

SUPLENTES

Evelina de Carvalho Sá Hosiel  
Cleise Furtado Mendes  
Maria Vidal de Negreiros Camargo

# **Política, Esporte e Mídia Impressa**

Augusto Cesar Rios Leiro, Luiz Carlos Rocha,  
Martha Benevides da Costa & Micheli Venturini

Edufba  
Salvador, 2010

© 2010 by Rede CEDES  
Direitos de edição cedidos à EDUFBA.  
Feito o depósito legal.

1ª Reimpressão: 2012

**Fotografias**

Paulo Lima

**Revisão Final**

Cida Ferraz

**Capa**

Matheus Menezes Silva

**Projeto Gráfico**

Rodrigo Caiobi Yamashita

**Diagramação**

George Luís Cruz Silva

Sistema de Biblioteca UFBA

Política, esporte e mídia impressa / Augusto Cesar Rios Leiro ... et al. ; prefácio Sávio Assis. - Salvador : EDUFBA, 2010.

87 p.

Programa Esporte e Lazer da Cidade - Rede Cedec.  
ISBN 978-85-232-0742-7

1. Esportes. 2. Política pública. 3. Jornalismo. I. Leiro, Augusto Cesar Rios, II. Assis, Sávio.

CDD - 796

Editora filiada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo,  
s/n - Campus de Ondina  
40170-115 - Salvador - BA  
Tel +55 71 3283-6164  
Tel +55 71 3283-6160  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)  
[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# Autores



## **Augusto Cesar Rios Leiro**

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade de Lisboa, Licenciado em Educação Física pela UCSal e Teleradialista pelo IFBA. Ex-Secretário do CBCE da Bahia e Diretor Nacional de Comunicação do CBCE, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA (Líder do Grupo MEL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB (Líder do Grupo FECOM). Co-Coordenador do Núcleo UFBA da Rede CEDES do Ministério do Esporte.



## **Luiz Carlos Rocha**

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB e Licenciado em Educação Física e Ciências Sociais pela UFBA. Ex-Secretário do CBCE da Bahia e Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



## **Martha Benevides da Costa**

Mestre e Doutoranda em Educação pela UFBA, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela UNEB e Licenciada em Educação Física pela UEFS. Membro do Comitê Científico do GTT Escola do CBCE e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



## **Micheli Venturini**

Mestre e Doutoranda em Educação pela UFBA, Licenciada em Educação Física pela Escola Superior São Francisco de Assis-ES. Ex-Tesoureira do CBCE da Bahia e Professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

# Participantes da Pesquisa

Augusto Cesar Rios Leiro - Doutor em Educação - UFBA  
(Coordenador Geral)

Micheli Venturini - Mestra em Educação - UFBA  
(Coordenadora Técnica)

Martha Benevides da Costa - Mestra em Educação - UFBA  
(Pesquisadora Associada)

Luiz Carlos Rocha - Doutor em Educação - UFBA  
(Pesquisador Associado)

Paulo César Lima - Mestre em Educação - UFBA  
(Pesquisador Associado)

Joana Pitombo - Especialista em Metodologia da Educação Física e Esporte - UNEB  
(Pesquisadora Associada)

Wilson Brito - Especialista em Psicopedagogia - IBTEX  
(Pesquisador Associado)

Ana Paula Conceição Oliveira - Licenciada em Pedagogia - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

Alex Meneses de Jesus - Licenciado em Educação Física - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

Débora Matos - Licenciada em Educação Física - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

Diego Brito Assis - Licenciado em Educação Física - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

Marcos Rocha - Licenciado em Educação Física - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

Marcelo Pereira - Licenciado em Educação Física - UFBA  
(Bolsista da Rede CEDES)

O fortalecimento de redes de biblioteca, de produção de materiais culturais e de um sistema público de comunicação pública [...] aberto a todos os seguimentos da sociedade e socialmente referenciado é que tem caracterizado o ethos universitário.  
(PRETTO, 2010)

Os conceitos e teorias devem entender-se como instrumentos metodológicos de investigação ao serviço da capacidade criadora de quem pesquisa.  
(PAIS, 2003)





# Sumário

- PREFÁCIO • 11
- 1 CAMINHOS E TRILHAS DA PESQUISA • 13
- 2 ESPORTE E MÍDIA COMO CATEGORIAS  
SUBSTANTIVAS • 19
- O esporte como fenômeno social* • 19
- Mídia para além da manchete esportiva* • 23
- 3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE:  
UM DIREITO FEDERAL • 31
- 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DIÁLOGO COM  
OS JORNAIS • 41
- Jornais nas entre linhas* • 45
- Conteúdos dos periódicos pesquisados em números* • 48
- Dialogando com as matérias de cada jornal* • 54
- 5 DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA AFIRMAÇÃO DO  
ESPORTE COMO DIREITO • 73
- REFERÊNCIAS • 79
- ANEXOS • 85
- Fotografias dos espaços do Grupo Mel em atividades de pesquisa  
da Rede Cedes* • 85
- Mídia para além da manchete esportiva* • 86



# Prefácio

Ao iniciar a leitura de um livro que relata a análise de um determinado segmento da mídia, confesso que tinha a expectativa de encontrar, em algum momento, para além da temática específica, a reafirmação da luta pela democratização dos meios de comunicação. E, estando em foco a veiculação de notícias afetas a uma determinada política pública setorial, esperava também que fosse assinalada a importância da divulgação oficial como parte de um amplo leque de iniciativas capazes de assegurar transparência no trato com a “coisa pública”.

De logo, devo dizer que uma e outra expectativa foram contempladas na leitura, ainda que sem grande aprofundamento, dada a natureza e o propósito da publicação. Mas o livro é, por si, instrumento de democratização da informação, fruto de pesquisa financiada com recursos públicos. E, em tempos onde a recomendação corrente é a de fragmentação da apresentação dos achados de pesquisa numa diversidade de artigos que devem ser publicados prioritariamente em determinados periódicos, independentemente se serão lidos amplamente ou não, é fato para festejar ter acesso a um relato mais abrangente numa mesma fonte.

Seguramente, não houve surpresas nos achados. A prevalência de notícias tratando de questões em torno do esporte de rendimento é bem previsível. É possível arriscar, inclusive, que tal quadro seria encontrado se o recorte recaísse sobre qualquer outro Estado brasileiro ou sobre qualquer outro segmento da mídia. Mas é importante ter os registros quantitativos dessa incidência e, o mais importante, destacar e analisar as concepções de esporte e de políticas públicas que se apresentam manifestas ou latentes nas matérias publicadas.

César, Luiz, Martha e Micheli, aqui representando o Grupo MEL, dialogam com as matérias encontradas procurando identificar as ideias e concepções que as sustentam para, depois, confrontá-las com as referências acadêmicas e políticas que os orientam.

As notícias são carregadas do velho discurso legitimador do esporte em torno da sua relação com a saúde, a educação e a confraternização. Pelo período analisado e pela tematização dos programas do Governo Federal é natural que tenha aparecido com destaque a ideia do esporte como fator de desenvolvimento humano e como instrumento de inclusão social. Essa ideia vem sendo disseminada por organismos internacionais que, tal como os governos locais e a mídia, vêm tratando o esporte como portador de um valor em si, essencialmente bom, reproduzindo uma visão asséptica desse fenômeno cultural.

A impressão geral é a de que os autores conduzem com propriedade as análises, com críticas pertinentes e adequadas, cumprindo o que se propuseram fazer. Chega-se ao final com a sensação de satisfação ante o originalmente proposto como enredo ou percurso.

Nessa perspectiva de investigação e diante da realização de megaeventos esportivos no Brasil nos próximos anos, novos estudos serão necessários para dar conta de inquietações e expectativas envolvendo a tríade mídia, esporte e políticas públicas. Se o MEL vai trilhar esse caminho ou se indicará algum parceiro para tal, ainda não se sabe plenamente. Mas os passos já caminhados, registrados nesse livro, configuram uma contribuição importante, um itinerário possível, uma pista do muito que se pode fazer quando se resolve andar em grupo.

**Sávio Assis**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco;  
Coordenador do Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do  
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE (2009/2011).

# 1 Caminhos e trilhas da pesquisa

O tema políticas públicas de esporte e lazer vem atraindo o interesse de diversos estudiosos nas variadas áreas do conhecimento devido ao entendimento que se tem do esporte como um fenômeno social e político universal, agregador da nossa identidade e como direito social. (ARAUJO; MAGALHÃES, 2008)

Este texto discute a recorrência das políticas públicas federais de esporte na mídia impressa da Bahia a partir do entrecruzamento de referências teóricas e informações levantadas junto aos principais jornais impressos. O estudo em tela foi desenvolvido com o financiamento da Rede Cedes<sup>1</sup>, durante os anos 2007/2008, e foi coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas - Mídia/memória, Educação e Lazer (MEL), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

A pesquisa objetivou analisar criticamente a repercussão das políticas públicas federais de esporte nos jornais a partir das seguintes categorias substantivas: políticas públicas, mídia impressa e esporte. Mesmo reconhecendo outras importantes modalidades de comuni-

---

<sup>1</sup> A Rede Cedes se constitui em uma ação do Ministério do Esporte que visa implantar novos grupos de pesquisa e estimular a produção científica nos grupos já existentes sobre as políticas públicas de esporte e lazer com base em referenciais das ciências humanas e sociais.

cação que tematizam o objeto de estudo dessa investigação, optamos pela mídia impressa por compreendermos que se trata de um veículo de circulação popular em diversos ambientes, desde bibliotecas e bancas de jornal até postos de saúde, consultórios médicos, escolas, entre outros.

Os jornais são consequência da invenção da prensa tipográfica na Era Moderna e tiveram importância fundamental na circulação de informações sobre os diferentes povos em tal período histórico. Foi com os jornais que surgiu a possibilidade de conhecer, mesmo que à distância, a forma de viver do chamado Novo Mundo. Ou seja, os jornais, quando apareceram, geraram uma nova maneira de circulação das formas simbólicas e fizeram das agências de notícias um polo de poder político e cultural.

No que pese a diminuição do número de jornais e de tiragens diárias em tempos de radiodifusão e de cibercultura, os jornais ainda são importante meio de divulgação e circulação de informações sobre temas de naturezas diversas. A despeito da redução da mídia impressa, ela tem sido espaço de informação e propaganda das políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal, estadual e federal.

Nesta pesquisa, consideramos os jornais de alcance estadual da Bahia como campo empírico, especificamente as publicações referentes às políticas públicas de esporte em âmbito federal. Tal interesse se deu devido à centralidade do esporte como fenômeno contemporâneo, que tem oficialmente vieses educacionais, comunitários e de rendimento.

Vale ressaltar, no entanto, que o esporte, seja escolar, comunitário ou de rendimento, tem caráter educacional. Interessa saber a perspectiva que se coloca em cada uma dessas possibilidades e o modo como elas se relacionam. Além disso, o esporte figura como meio gerador e dinamizador de consumo de produtos esportivos bem como de espetáculos que ocupam lugar de destaque na vida das pessoas e da própria mídia.

Por conta dessa centralidade, muitas políticas de esporte têm sido fomentadas pelos governos municipal, estadual e federal. Os argumentos que justificam tais políticas são a necessidade de descobrir talentos esportivos, democratizar o acesso à prática esportiva e ao lazer a todos os segmentos populacionais, promover a cidadania e a inclusão social, possibilitar o desenvolvimento do sujeito, estimular a pesquisa sobre o esporte e o lazer. Esses objetivos são vistos como possibilidade de promover a emancipação e o desenvolvimento humano.<sup>2</sup>

Como toda política pública, objetiva-se alcançar, a partir de programas e ações, um dado número de pessoas. Mas, para serem beneficiadas, as pessoas precisam tomar conhecimento das mesmas pela via da informação e comunicação, inclusive pela mídia impressa, principal referência dos programas radiofônicos.

Portanto, este estudo faz-se relevante porque os jornais ainda se constituem numa mídia que possibilita significativamente a circulação de formas simbólicas, inclusive sobre as ações governamentais, já que historicamente as mídias têm um importante papel político e cultural. No que concerne às publicações sobre as políticas públicas federais de esporte mais especificamente, esta pesquisa justifica-se no fato deste fenômeno encontrar destacado acolhimento na mídia. Pode-se, então, fazer do debate sobre as políticas públicas de esporte e lazer espaço de confronto entre os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos.

Dito isto, a investigação concretizada pelo grupo de pesquisa teve como questão central: qual a repercussão das políticas públicas federais de esporte na mídia impressa da Bahia, no quadriênio de 2003 a 2006?

---

<sup>2</sup> Os argumentos postos nesse parágrafo são resultado do que está posto no sítio do Ministério do Esporte (<http://portal.esporte.gov.br>), sobre os diversos programas que envolvem o incentivo à prática esportiva no âmbito do rendimento, da educação e do lazer.



Portanto, constituíram-se objetivos desta investigação:

- Reconhecer os jornais impressos do nordeste do Brasil e em particular os que circulam diariamente na Bahia;
- Identificar, nos jornais de circulação estadual na Bahia, o que foi divulgado sobre as políticas públicas federais de esporte entre os anos de 2003 e 2006;
- Analisar as políticas públicas como um direito social;
- Compreender as concepções de esporte nas publicações pesquisadas.

Resulta dessa caminhada, uma pesquisa que reuniu em torno de si quatro etapas articuladas no sentido de desenvolver a compreensão, interpretação, análise e síntese acerca da informação pública sobre o esporte, compreendendo-a como direito de todos e dever do Estado. A primeira etapa foi a elaboração do projeto para atender ao edital número 01/2007. Este resultou da iniciativa da Rede Cedes, proposta pela Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. A segunda etapa, que chamamos de Planejamento da Pesquisa, caracterizou-se pela discussão acerca da problemática e objeto de estudo; identificação dos participantes da pesquisa (coordenadores, pesquisadores associados e bolsistas de iniciação à pesquisa); definição do referencial teórico; e construção do cronograma.

O passo seguinte do estudo, ação da pesquisa, reconheceu as seguintes fases: levantamento dos periódicos impressos de circulação estadual do Nordeste do Brasil e do Estado da Bahia em particular; construção de banco de dados; análise quantitativa por jornal, por ano e por tema discutido; análise de conteúdo das matérias por jornal analisado.

A quarta e última etapa, denominada Redação do Relatório Final, ocupou-se da elaboração do texto relatorial para o Ministério do Esporte e Departamento de Educação da Universidade Federal da Bahia e do texto para a presente publicação.



Figura 1 - Reunião de Planejamento Estratégico do Grupo MEL (2007)

Esta obra, resultado de tal processo, encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Caminhos e Trilhas da Pesquisa*, apresentamos as razões do estudo e as etapas da investigação. Dizemos das características do jornal como mídia histórica e revelamos os passos dados. Em seguida, no capítulo *Esporte e Mídia Como Categorias Substantivas*, tratamos do esporte e da mídia do ponto de vista conceitual e, na condição de categoria teórica, dialogamos com autores que se ocupam desses temas de modo particular. *Estado e Políticas Públicas de Esporte: um Direito Federal* é o título do capítulo que apresenta e debate a problemática da política pública no Brasil. No quarto capítulo, *Procedimentos Metodológicos e Diálogo com os Jornais*, descrevemos a trajetória da pesquisa junto à mídia impressa estadual na Bahia e analisamos o seu conteúdo. No último capítulo fazemos sínteses possíveis e indicamos os *Desafios da comunicação na afirmação do esporte como direito*.



## 2 Esporte e mídia como categorias substantivas

[...] o esporte não teria alcançado a importância política, econômica e cultural de que desfruta hoje não fosse sua associação com a televisão (BETTI, 1988)

Na porta teórica de entrada do presente estudo importa discutir o esporte como fenômeno cultural dos povos, como direito social de todos e dever do Estado e refletir sobre a mídia como possibilidade de circulação editada da notícia.

### *O esporte como fenômeno social*

Ao falarmos de esporte, temos que compreender os diversos fatores que influenciam a maneira como tal fenômeno se apresenta na sociedade. Para tanto, temos que, de maneira sistemática, entender o seu surgimento e, posteriormente, a sua importância na vida do ser humano na modernidade, tendo em vista que sua experiência reflete um projeto de sociedade e uma concepção de sujeito.

Nessa investigação, assumimos a dialética como abordagem teórica fundante e os estudos sociológicos como referência por entender que tais reflexões aprofundam o tema na perspectiva da emancipação humana e contribuem para responder o problema em foco.

A gênese e desenvolvimento do esporte guarda algumas características, dentre elas a denominação esporte moderno. Segundo Bracht (2005), o esporte moderno é resultado da esportivização de elementos da cultura corporal que compunham os jogos populares ingleses. Tal transformação efetivou-se como resultado do processo de urbanização e industrialização ocorrido com a Revolução Industrial, em que já não cabia o tempo de fruição da festa.

Com a regulamentação das práticas corporais e adequação das mesmas à lógica produtiva que se estabeleceu no século XIX, o esporte moderno surgiu com as características racionalistas, competitivistas e individualistas que até hoje o caracterizam. “Esse fenômeno esportivo, com estas características, tomou como de assalto o mundo cultural corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se”. (BRACHT, 2005, p. 15)

Para Bourdieu (1983) os indivíduos tiveram a liberdade de associar-se a grupos dos mesmos interesses para desenvolver diversas atividades, inclusive as esportivas. Mas a partir do momento em que as instituições e clubes passaram a realizar trocas esportivas, começou-se a padronizar determinadas práticas que eram, até então, diferentes em cada instituição e, conseqüentemente, a limitar o desenvolvimento da cultura esportiva que se construía nessas relações.

Desse modo, o esporte passou a constituir uma instituição relativamente autônoma, já que no seu próprio processo de desenvolvimento e disseminação incorporou princípios da divisão social do trabalho e da sociedade capitalista industrial.

No período pós-guerra o esporte teve um crescimento qualitativo visível, e o Estado lançou mão de argumentos *esporte é cultura*, *esporte é educação*, que certificavam sua legitimidade no contexto social e propiciavam sua entrada na escola, além de facilitar a conquista de financiamentos.

Em quaisquer dos casos, o esporte não é em si, nem bom e nem ruim. Ele é, especialmente na escola, aquilo que se tratar dele enquanto conteúdo da Educação Física. Esta, integrada à proposta pedagógica da escola, pode tematizar o esporte a partir de referências que promovam a compreensão ampla do fenômeno e a autonomia em relação a sua exploração comercial, constituindo-se de uma prática pedagógica de fundamental relevância na educação básica de crianças e jovens. (ASSIS, 2005)

Assim, coloca-se o surgimento do esporte moderno como mais uma das transformações geradas pela Revolução Industrial. E, nessa trilha, é possível estabelecer relações entre esporte e as dimensões políticas e culturais da sociedade capitalista.

Segundo Kress (2003), a dinâmica desse modo de produção se caracteriza pelo questionamento das referências básicas do Estado e o mercado passou a ser uma poderosa “entidade abstrata” ou “entidade metafísica” impondo suas práticas e valores relacionados ao consumo, à geração e acumulação financeira; concebem-se os sujeitos pela sua participação no consumo; a sociedade passou a ser multicultural, o que gerou e gera uma tensão entre as nações; mudaram as formas de produzir, armazenar e difundir informações.

Para Gentili (1995), a cada reestruturação do capital é necessário também formar as pessoas para que se edifique um novo senso comum e o rumo escolhido a partir dos interesses de grupos hegemônicos – vinculados e comprometidos acima de tudo com questões econômicas – possa ser tomado como único caminho possível.

O que se observa, portanto, é que em dada organização social, política e econômica, busca-se formar os sujeitos para que estes assujeitem-se à lógica imposta. Dessa forma, é a monopolização da cultura que abre caminho para justificar a hegemonia de um grupo.

Em poucas palavras, tais estratégias envolvem o plano de produção material, mas também o plano da produção cultural. A es-

truturação do capitalismo de uma dada forma exige uma organização jurídica, política, econômica e, especialmente, cultural. Esta, tomando Gramsci (2001) como referência, é o solo no qual se constrói todo o alicerce para edificar uma hegemonia.

[...] essa concepção de mundo que se torna um senso comum entre os grupos e as classes sociais é um produto sócio-histórico, capaz de garantir a manutenção da direção e da dominação presente na formação econômica e social, mediante a orientação que dá ao desenvolvimento da moralidade individual e coletiva. (MARTINS, 2005, p. 145)

É no campo cultural que são disseminados valores, crenças, normas. Nesse contexto, o esporte é abordado como prática que visa resultados, que se insere no âmbito da competição, em que o atleta é o herói que se supera fisicamente. E é com tal discurso que o esporte se inscreve no âmbito do lazer e do rendimento e ganha cotidianamente as manchetes dos jornais.

A esse respeito, Bracht (2005) afirma que o esporte tem, ainda, uma ampla função econômica, já que estimula o consumo de uma série de produtos a ele agregados. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado com os acontecimentos culturais e sociais, pois em cada época ou tempo histórico o esporte reflete a essência do seu povo. E sendo assim, é fundamental considerar nesse avanço dimensões distintas que se apresentam no esporte contemporâneo, inclusive a partir de uma determinação legal presente na legislação federal: Esporte Educação (preocupado com o acesso democrático e ao alcance de todos os diferentes e fazendo-se presente prioritariamente na escola), Esporte Participação (sem compromisso com horários e ocorre de modo informal em qualquer espaço – público ou não) e Esporte Rendimento (voltado para o desenvolvimento técnico e da performance).

Essas dimensões reforçam bem as ideias de Bracht (2005), na medida em que essa fragmentação do entendimento do esporte passou a determinar também a forma de distribuição de recursos destinados ao esporte no Brasil, materializada na forma da organização estrutural do Ministério do Esporte (Secretaria de Esporte Educacional,

Secretaria de Esporte de Alto Rendimento de Desenvolvimento do Esporte e Lazer).

Visto de modo fragmentado, individualista e mercantil, o esporte, em grande medida, passa a ser mais um instrumento para fazer girar as engrenagens capitalistas. Ele próprio passa por um processo de mercadorização e auxilia na capitalização do corpo e de vários bens de consumo aos quais se agrega um valor simbólico e econômico.

Segundo Stigger (2002), todas essas significações do esporte geraram a perda do seu sentido inequívoco. Há, atualmente, sentidos múltiplos para o esporte, que envolvem a corporalidade, a saúde, o consumo, o ato educativo, a comunicação, a competição, a cooperação. Diferentes sentidos em perspectivas diversas de ser humano e sociedade.

### ***Mídia para além da manchete esportiva***

Para refletir o fenômeno esportivo pela lente midiática importa destacar a interdependência entre as instituições mídia e esporte, permeada também pelas empresas patrocinadoras e modo de organização esportiva. Os interesses da instituição esportiva de alto rendimento dependem, majoritariamente, da atenção que a mídia dará ao seu acontecimento, já que os espetáculos constituídos por grandes eventos esportivos apenas tomam as devidas proporções em função do alcance que os meios de comunicação proporcionam.

Por outro lado, os meios de comunicação de massa que hoje reservam parte de sua pauta para o agendamento e cobertura esportiva, dependem da continuidade desses eventos para retroalimentar sua oferta de programas dedicados ao público que demanda esse interesse.

É crescente em todo o mundo, o consumo de informações. Isto já atingiu o ponto de gerar demandas específicas, como é o caso dos jornais gratuitos. É interessante notar que, diferente do que ocorreu com o telégrafo, por exemplo, as mídias criadas a partir de meados



do século XX nunca foram totalmente substituídas pelas posteriores – como é o caso do rádio frente à TV e destes frente à Internet. Cada uma criou sua própria demanda, oferecendo um modo particular de tratar a notícia e acompanhar o desenvolvimento das sociedades. (VENTURINI, 2009)

Esse processo de valorização econômica faz com que a mídia, que hegemonicamente valoriza os princípios liberais, dê bastante atenção às práticas esportivas, em seus mais diferentes meios: jornais, TV, revistas, rádio, internet, cinema, dentre outros. Todos os dias somos abarrotados de notícias sobre o esporte. São discursos que ordinariamente focam o agendamento e o espetáculo esportivos (com ênfase nos técnicos e jogadores de futebol) e extraordinariamente, com espaço-tempo limitado, o genérico esporte de inclusão social.

Percebe-se, nas diversas mídias, um significativo espaço dedicado às notícias esportivas. Isto não se configura somente porque o esporte envolve paixão, mas especialmente porque envolve negócios, empregos, lazer, turismo, enfim, consumo.

A esse processo, Pires (2002) chama de industrialização da cultura, destacando o movimento de adaptação e falsa democratização dos elementos da alta cultura burguesa, com vistas a massificar o seu acesso, o que, nesse caso, ocorre através dos meios de comunicação de massa. Segundo o mesmo autor, a ação dos agentes da indústria cultural (meios de comunicação de massa) tem



constituído um sistema próprio de formação de uma nova cultura, o que, na verdade, é considerada uma pseudoformação cultural.

Com o “advento” da Globalização e a suposta queda de fronteiras foram abertas para o fluxo entre nações, e circulação em diferentes povos, produtos dos mais variados tipos e valores.

Em sendo a palavra *produto* definida como *tudo o que pode ser consumido*, no mundo do esporte é possível enumerar, desde os materiais esportivos, como os uniformes das diversas equipes/clubes/seleções, raquetes, tatames, redes, bolas, adesivos, óculos, maiôs e bonés, até os técnicos, jogadores e demais profissionais da área.

Nesse sentido, é que a instituição esportiva caminha num movimento, de certo modo, autônomo e interdependente, o que submete o esporte a essa transformação de elemento cultural, para um item consumível e pseudoformador na ambiência da cultura corporal.

No que diz respeito, especificamente, à mídia esportiva impressa, a trajetória do jornalismo que trata particularmente do fenômeno esportivo decorre do jornalismo geral. A esse respeito breve estudo historiográfico realizado por Leiro (2004) apresenta em diálogo com Leandro e Coelho informações focais sobre a caminhada da mídia impressa.

Para Leandro, (2003, p. 1) “o autor francês Edouard Seidler aponta como o mais antigo órgão esportivo no mundo, o inglês *Bell's Life*.” O órgão inglês contou depois da sua fundação (1838) com a mudança de nome e passou a se denominar *Sporting Life*. Na França, em 1854, surge o *Jornal Le Sport*. Leandro (2003), registra o *L'Equipe* como o primeiro diário esportivo do mundo e destaca o veículo de comunicação *Révue Athlétique* do Barão Pierre de Coubertin na sua luta pela reorganização dos Jogos Olímpicos.

No Brasil, a *Gazeta* fazia sucesso “com a publicação da página de esportes às segundas-feiras desde 1928, época em que o seu precursor *Jornal dos Sports* já cumpria bem seu papel de promover o espetáculo esportivo para conquistar leitores”. Mas não tem sido uma caminhada fácil. “As notas esportivas apareciam misturadas ao noticiário



geral, tornando o aparecimento tardio da crônica dedicada ao esporte um indício para este setor ser considerado um filho bastardo do jornalismo.” (LEANDRO, 2003, p. 18) Nesse cenário de desconfiança é que Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*, duvida de que o futebol, sendo um esporte vindo da Inglaterra e implantado no Brasil, não pegaria; ao lado da previsão de João Saldanha, na década de 1960, de que a revista *Placar* não sairia das primeiras edições. Essas previsões se constituíram em equívocos históricos de avaliação.

Tais constatações foram pontuadas pelo jornalista esportivo Coelho (2003), em estudo sobre o tema. Para ele, o preconceito com o jornalismo esportivo não impediu sua larga extensão. As primeiras páginas de divulgação esportiva surgem em 1910, no jornal *Fanfulla*, em São Paulo. Não se tratava de periódico voltado para as elites, não formava opinião, mas atingia um público cada vez mais numeroso na São Paulo da época: “para os italianos [...] A Fanfulla é até hoje a grande fonte de consulta dos arquivos do Palmeiras sobre as primeiras décadas do futebol brasileiro. O jornal trazia relatos de página inteira no tempo em que o esporte ainda não cativava multidões”. (COELHO, 2003, p. 8) Ainda segundo Coelho, “a rigor, foi o primeiro diário exclusivamente dedicado aos esportes no país. O primeiro a



lutar ferozmente contra a realidade que tomou conta de todos os diários esportivos a partir daí” (2003, p. 9), qual seja: nascimento e desaparecimento de jornais e revistas que se ocupavam exclusivamente do esporte. Outro periódico histórico foi, também no Rio de Janeiro, a *Revista do Esporte* que “viveu bons anos entre o final da década de 1950 e o início dos anos 60. Viu nascer Pelé, o Brasil ganhar títulos mundiais, viu o futebol, seu carro-chefe, viver momentos de es-

tado de graça. E nem assim sobreviveu às adversidades”. (COELHO, 2003, p. 9) No final da década de 1960, o jornalista Roberto Petri “lançou seu próprio diário esportivo: O Jornal não durou”. (COELHO, 2003, p. 10) Nessa época, sem periodicidade garantida, surgem no Brasil os Cadernos de Esportes nos grandes jornais e somente em 1970, as revistas esportivas regulares. Os jornais do Rio de Janeiro, já no início do século XX, pouco a pouco ampliavam os espaços jornalísticos para o futebol. Dentre os assuntos em relevo, estava a trajetória do Vasco da Gama que, em 1923, venceu o campeonato de futebol da Segunda Divisão, “apostando nos negros em seus quadros” e repetiu a dose, no ano seguinte, “apesar da oposição dos outros grandes, que sonhavam tirá-lo da disputa alegando que o clube dos portugueses e negros não possuía estádio à altura de disputar a Primeira Divisão”. Essa história presente nos periódicos da época registrou que “Os portugueses construíram o Estádio de São Januário e nunca mais saíram das divisões de elite do futebol do país”. (COELHO, 2003, p. 9)

O preconceito e as dificuldades do setor não impediram o surgimento nos anos 1930, de periódicos do esporte. *O Jornal dos Sports*, ao lado do *Lance* e *Gazeta Esportiva*, podem ser considerados os periódicos impressos brasileiros que tratam especificamente do esporte. *O Jornal dos Sports* é um órgão de informação sobre esporte, com sede no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 13 de março de 1931 e que conta com uma edição para o Rio de Janeiro e outra para São Paulo.

O jornal *Lance* é um diário esportivo de circulação nacional, cujos direitos estão reservados a © Areté Editorial S/A. Rio / São Paulo, 2000. As edições do jornal *Lance* apresentam basicamente notícias sobre futebol nacional e internacional.



É digno de nota o jornal *Gazeta Esportiva*. Apaixonado pelo esporte, seu maior dirigente na década de 20, o jornalista Cásper Líbero aproximou o jornal *A Gazeta* (fundado em 1906) das práticas esportivas e sob sua liderança ajudou a criar importantes competições a exemplo da Corrida de São Silvestre. Para cobrir tais eventos, passou inicialmente a editar diariamente uma seção sobre esporte. O primeiro número da *Gazeta Esportiva*, como suplemento, circulou em 24 de dezembro de 1928 e em 10 de outubro de 1947, diante da receptividade, o periódico se amplia, ganha voo próprio e mantém circulação regular no sudeste brasileiro.

Diante da necessidade de circulação ágil e dinâmica a *Gazeta Esportiva* tornou-se também um jornal eletrônico: [gazetaesportiva.net](http://gazetaesportiva.net).

Outros países mantêm edições nacionais e diárias para tratar especificamente sobre o fenômeno esportivo. Em Portugal, Espanha e Itália circulam, com grande interesse popular, periódicos que anunciam o esporte como carro-chefe, mas a rigor concentram-se nas atividades que giram em torno do futebol. Em Portugal, registramos: *O Jogo*, *A Bola* e *O Record*. Surpreendentemente em determinadas situações conjunturais conseguem vender mais do que os jornais gerais como *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *O Público*.

A paixão italiana pelo esporte garante pelo menos três periódicos nacionais sobre esporte na mídia impressa italiana: *La Gazzetta Sportiva*, *Tuttosport* e o *Corriente dello Sport*. Na Espanha, registramos o jornal *Mundo Deportivo*, o *Sport* e o *Eurocopa*.

No estado da Bahia, surgiu em 2002, o *Jornal do Torcedor*. Um jornal direcionado ao leitor baiano e que teve sua primeira edição veiculada em março de 2002, mas não passou da primeira edição. A rigor, as informações diárias sobre esporte na mídia impressa, produzidas na Bahia, circulam basicamente em três jornais: *Correio*



da Bahia, Tribuna da Bahia e jornal A Tarde. Os dois primeiros mantêm uma página de notícias sobre esporte e o último passou a editar, a partir de 31 de agosto de 2003, o suplemento A Tarde Esporte Clube.

O relevo do esporte na mídia se faz a partir de algumas estratégias de sensacionalização da notícia (BETTI, 1998), como destaque para vitórias e derrotas, criação de expectativas e rivalidades, contradição entre o destaque para a violência e discurso alinhado com o *fair play*.

Afora a instabilidade e o grau de importância dado nos jornais impressos baianos, é mister reconhecer, como aponta Leandro (2003, p. 197), a significância social que vem conquistando o jornalismo esportivo na Bahia. "A procura pelo setor por partes de jovens saídos das universidades é maior que em relação a duas décadas atrás. A valorização deste setor, como página de amplo alcance de público, vem fortalecendo as editorias de esportes" e indicando a necessidade de se reconceptualizar o currículo em comunicação.

Esse apanhado histórico sobre a relação do esporte com a mídia impressa mostra a envergadura dos jornais na divulgação de notícias relativas ao esporte e nos faz destacar, mais uma vez, que apesar da centralidade de outros recursos técnicos de comunicação na vida das pessoas na contemporaneidade, este meio ainda se faz significativo na divulgação e circulação de informações diversas, inclusive na constituição do espetáculo esportivo e na troca para a qual Betti (1998) chama atenção: da vivência para a falação.





# 3 Estado e políticas públicas de esporte: um direito federal

No desenvolvimento de políticas públicas, a análise crítica da prática deve constituir-se como uma referência nas ações de formação. (MARCASSA; SOUSA, 2007)

A discussão em torno das políticas públicas tem-se aprofundado ao longo das últimas décadas ganhando formas diversificadas de pensamento que estão relacionadas às novas conjunturas políticas e econômicas da sociedade mundial.

Segundo Amaral (2004, p. 183), política pública é toda atividade política que objetiva assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente.

A esse respeito Menicucci (2006), para além de uma simples preocupação acadêmica, considera que a compreensão sobre o processo de formação de uma política pode contribuir na elaboração de novos caminhos a serem percorridos pelas autoridades públicas. A mesma autora argumenta que “as políticas públicas remetem a um conjunto de decisões e a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões”. (MENICUCCI, 2006, p. 141) Seriam, portanto, “os atos e não atos de uma autoridade pública frente a um problema ou



um setor da sociedade". Considera ainda, que a dimensão pública é dada não pelo tamanho do agregado social, sobre o qual incidem, mas pelo caráter imperativo, ou seja, suas decisões e ações são revestidas da autoridade soberana do poder público.

Neste sentido, importa discutir conceitualmente as diferentes formas que o Estado foi assumindo historicamente, mostrando as concepções de políticas públicas daí decorrentes, bem como refletir o entrecruzamento dos direitos ao esporte e à informação pública.

Desde o final do século XIX e início do XX prevaleceu, sobretudo no campo político, a hegemonia das ideias liberais que propugnavam por assegurar a ordem e a propriedade. Para os liberais, o mercado era o "regulador natural das relações sociais; a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade era percebida conforme sua inserção no mercado". (CUNHA, 2002, p. 11) Tal perspectiva colocava a questão social na dependência do processo produtivo, que se expressava na exclusão das pessoas, tanto no que diz respeito à produção quanto no que se refere ao usufruto de bens e serviços necessários à própria reprodução.

Com a crise econômica de 1929, surgiram novas relações entre capital e trabalho, entre estes e o Estado, que mostraram os limites do mercado como mecanismo regulador, resgatando o papel do Estado como mediador civilizador, com capacidades e poderes políticos de interferência nas relações sociais. Decorre daí o surgimento da política pública como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado para atender à demanda social.

Assim, as políticas públicas passaram, neste contexto, a ser entendidas como respostas às demandas que emergiam da sociedade e do próprio interior do Estado, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. A política pública passa a significar:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redis-

tribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo e devendo ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos. (PEREIRA apud CUNHA; CUNHA, 2002, p.12)

Nesse processo, as primeiras informações sobre o público davam conta de que a sua competência era ocupar os espaços que não eram privados, ou seja, “o setor público faz o que o setor privado não quer, ou não deveria fazer”. (DEMETER, 2003, p. 3)

É evidente que essa argumentação não é suficiente para justificar a diferença entre esses dois campos, já que, numa sociedade complexa como a que se tem e influenciada por diversos fatores sociais, econômicos e culturais, essa discussão ganha um componente político e ideológico, sendo que a definição do que vem a ser uma coisa ou outra, depende das relações de poder que os diferentes grupos sociais expressam.

Partindo dessa premissa, pode-se caracterizar o setor público como o espaço coordenado por variados grupos de interesse que na sociedade disputam a hegemonia no processo decisório das ações. O setor público é, portanto, o espaço onde se visa o interesse comum, coletivo, que deve estar disponível a todos. Contrariamente, o setor privado busca a satisfação dos interesses de pessoas ou grupos que querem ter seus desejos atendidos, ainda que isso beneficie a poucos. O setor privado vende serviços que atendem ao interesse individual de quem os consome e é caracterizado por três princípios básicos: obtenção do lucro; eficiência econômica; e as relações de propriedade.

Tem-se, portanto, diferentes tipos de políticas públicas nos mais variados setores da sociedade: a econômica, a ambiental, a educacio-

nal, a de ciência e tecnologia, a de esporte e lazer, entre outras, que se caracterizam por traçarem diretrizes, programas e ações do poder público em distintas áreas.

Nesse processo, o Estado tomou para si a responsabilidade de formular e executar políticas públicas, tornando-se um espaço permanente de lutas pelas conquistas sociais, sobretudo no final do século XX, com as transformações vividas na sociedade.

De acordo com Bucci (2002), uma das dificuldades de se trabalhar com o conceito de política pública é que, sendo este concebido como criação do Estado de bem-estar – não só na visão dos neoliberais, mas também na de outros autores – seria discutível definir o Estado contemporâneo como Estado implementador de políticas públicas, sobretudo no fim da era do Estado de bem-estar.

Para a autora, este é um ponto central a discutir: se as políticas públicas são uma forma de intervenção do Estado – típica do Estado de bem-estar dos anos 1950 e 1960, caracterizadas pelo forte intervencionismo estatal, pelo planejamento e pela presença do direito público, para realização de programas sociais – ou se, embora pensadas sob a égide do dirigismo estatal, o conceito permanece válido para explicar e orientar o processo político-social, numa época que se pretende marcada não mais pela subordinação de indivíduos e organizações ao Estado, mas pela coordenação das ações privadas e estatais sob a orientação do Estado.

Morand citado por Bucci (2002) apresenta uma série de modelos de Estado que se caracterizam por diferentes maneiras de intervir sobre a esfera privada. Comenta sobre o Estado-providência, baseado na ideia de prestações do Estado (serviços públicos); um Estado-propulsivo, centrado nos programas finalísticos; um Estado-reflexivo, cuja expressão são programas relacionais; e, finalmente, um Estado-incitador, fundado em atos que combinam norma e persuasão.

Essas diversas formas de intervenção são utilizadas ao mesmo tempo, fazendo conviver Estado liberal, Estado intervencionista e

Estado propulsivo, em um mesmo espaço. Isso justifica a aplicação de determinadas ações em alguns setores, como, por exemplo, nas áreas urbanística e ambiental, bem como a implementação de programas finalísticos, mostrando que a adoção de determinado modelo de políticas públicas está diretamente relacionada ao tipo de Estado Vigente.

Com a criação das constituições no século XX, surge o Estado social, que não é sinônimo do Estado de bem-estar do pós-guerra, mas o resultado de direitos constitucionais assegurados nas cartas políticas nacionais, resultado da economia e das transformações ocorridas na sociedade, visando garantir a execução dos programas constitucionais, principalmente num período de globalização, cujas oscilações econômicas no âmbito nacional e internacional são frequentes, ao mesmo tempo em que o Estado nacional perde espaço e força.

Ainda assim, as políticas públicas são válidas para o esquema conceitual do Estado social, que absorve algumas características do Estado de bem-estar, dando a este novo sentido: agora não mais de intervenção sobre a atividade privada, mas de diretriz geral, tanto para a ação de indivíduos e organizações, como do próprio Estado.

Segundo Schmidt (1996), o Estado passa por um processo de redefinição do seu papel em decorrência das variações ocorridas no mundo globalizado que implicam na superação do modelo clássico de Estado, a partir de um ajuste estrutural que tem por finalidade a diminuição do tamanho do mesmo sem, necessariamente, diminuir seu poder de intervenção.

Também chama a atenção para os avanços democráticos que ocorreram no país, principalmente depois da Constituição de 1988, mostrando que o desafio agora reside em fortalecer a instalação da democracia participativa, buscando a criação de um Estado capaz de conciliar os interesses individuais e coletivos e de cuidar dos problemas sociais sem esquecer as relações com o mundo do trabalho.

De acordo com Soares (2000, p. 12-13), o ajuste estrutural neoliberal:

Não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir um outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir dos anos 70. Os pobres passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação

Nos últimos anos, diante desse quadro de constantes transformações, a sociedade brasileira tem pressionado os governos a assumirem novas posturas e novas responsabilidades, principalmente no âmbito das políticas públicas que incidem sobre a qualidade de vida<sup>3</sup> dos cidadãos, particularmente dos de menor renda, que demandam maior atenção por parte do poder público para terem seus direitos sociais atendidos, a exemplo da saúde, educação, trabalho, esporte e lazer.

No Brasil, a partir de meados dos anos 1980, na esteira da democratização política e da crescente participação popular nos destinos das cidades, é possível observar o surgimento de experiências inovadoras de gestão em áreas que, antes, não eram demandadas.

Essas formas de organização caminham para a superação do modelo centralizador, hierárquico e episódico, baseado em normas rígidas e fazer tecnocrático do poder público, e buscam uma gestão socialmente referenciada, garantindo às comunidades a condição de sujeitos históricos e de participantes ativos da elaboração, desenvolvimento, controle e avaliação das políticas públicas.

Ocorre, portanto, no Brasil, um processo de reforma institucional que se caracteriza pela descentralização e municipalização das políticas públicas nas diferentes cidades, levando a profundas mudanças nas instituições e no debate sobre o papel e a gestão dos municípios, resultando em novas formas de organização do poder local.

---

<sup>3</sup> Segundo Herculano, qualidade de vida pode ser definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas

Essas mudanças no cenário nacional provocaram, nos últimos tempos, um debate cada vez mais efervescente sobre a importância das políticas públicas, no qual o enfoque deixou de ser centrado apenas numa problemática política e passou a incorporar outras discussões como a técnico-administrativa, objetivando construir bons governos, com boas práticas, a fim de alcançar políticas mais democráticas e comprometidas com o desenvolvimento social.

Neste processo, destacam-se as propostas de planejamento estratégico e desenvolvimento local, nas quais as políticas públicas exercem uma grande função como desencadeadoras de ações que proporcionarão as transformações econômicas e sociais das cidades, através da abertura dos canais de interlocução entre sociedade e governo.

Para Alves (1998), a criação de políticas públicas é, antes de tudo, um fenômeno educativo. O lugar da criação de políticas públicas não é o da gestão administrativa ou do governo, mas, sobretudo, dos processos de mobilização e comunicação dos sujeitos políticos.

Sendo assim, as políticas públicas nos municípios nos consórcios metropolitanos e regiões geopolíticas devem ser compreendidas dentro do processo de incorporação da memória cultural e do exercício político, criando bases sociais consistentes, fortalecendo a ideia do desenvolvimento sustentável. Algumas experiências de sucesso consideram o reconhecimento da inclusão/exclusão, da história das comunidades e das mudanças no modo de produção econômico e cultural, como fundamentais na afirmação das políticas públicas numa perspectiva emancipatória.

---

à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como a preservação de ecossistemas naturais. (HERCULANO apud KEINERT; KARRUZ; KARRUZ, 2002, p. 121)



mentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Nesse processo, diante da presença cada vez mais ativa da sociedade civil, o debate público surge como um dos mais importantes mecanismos de controle social e transparência do processo de elaboração e implementação das políticas públicas, uma vez que, normalmente, elas tratam dos recursos públicos, numa sociedade contraditória, marcada por conflitos oriundos dos diferentes interesses, onde os limites entre o público e o privado não estão devidamente demarcados.

Pela lente da democratização pela qual vem passando a sociedade espera-se que as políticas públicas devam se destinar prioritariamente aos setores empobrecidos da sociedade, considerados vulneráveis. Cabe, ou deveria caber ao poder público responsável, formular, desenvolver e avaliar políticas que busquem integrar as demandas excluídas ao sistema social, ampliando e efetivando direitos de cidadania resultantes das lutas sociais e ou sensibilidade de governos democráticos e populares.

Dentro desse contexto, as políticas estratégicas estão sob o controle e, muitas vezes, a serviço dos tecnocratas; portanto, sem espaço para a participação da sociedade, reafirmando a necessidade de se estabelecerem mecanismos mais apropriados para a elaboração e socialização da informação acerca de políticas públicas efetivamente democráticas.

Sendo assim, a forma de encarar as políticas públicas está intimamente ligada aos interesses existentes, manifestados pelos diferentes grupos sociais, e a correlação de forças que estes exercem em busca da hegemonia.

No bojo das reflexões em torno das políticas públicas é que nos instiga compreender o papel as políticas públicas federais de esporte e seu alcance. Para tanto, importa registrar que não é de hoje a presença do Estado no que se refere ao esporte. Tal presença pode ser



registrada pela via do ordenamento legal. Castellani aponta duas iniciativas históricas de pretensão estatal de definir diretrizes e bases para o esporte brasileiro:

A primeira deles é da década de 1940, quando pela primeira vez o governo brasileiro, impulsionado pela lógica do Estado Novo, buscou – em expressão presente na exposição de motivos do decreto-lei nº 3.199/41 – disciplinar o esporte brasileiro. (2007, p. 3)

O decreto em tela permaneceu em vigor por cerca de 34 anos e traçou um caminho conservador e associado à melhoria da aptidão física do trabalhador e vinculado a valores cívicos e patrióticos. Uma segunda iniciativa de ordem legislativa ocorre durante a ditadura militar e de modo consoante com o proposto no diploma legal da década de 40. Trata-se da Lei nº 6251 de 1975 e que foi suplementada pelo decreto nº 80.228. Recentemente na década de 1990 um conjunto de novas leis e diretrizes passam a vigorar, sem contudo, garantir a democratização plena do acesso ao esporte.

Com a implantação de uma pasta ministerial exclusiva para tratar do esporte e considerando o esporte como fenômeno de grande alcance popular e historicamente de acesso restrito, a presente investigação buscou responder algumas recorrentes interrogações: as populações estão devidamente informadas sobre seu direito ao esporte? A política de comunicação do governo federal cumpre seu dever constitucional de informar a população acerca dos programas esportivos? Como as políticas públicas de esporte são veiculadas na mídia impressa? São perguntas que moveram esta pesquisa menos pelo intento de respostas pontuais e mais por reflexões interessadas na afirmação das políticas públicas de esporte como um direito de todos e um dever do Estado.

# 4 Procedimentos metodológicos e diálogo com os jornais

[...] a análise de conteúdos das fontes áudio-visuais deve orientar-se não apenas pelo conteúdo semântico das mensagens, como também para a informação estética. (PAIS, 2003)

A abordagem metodológica combinou situações de ensino-aprendizagem para os bolsistas iniciantes<sup>4</sup> com a investigação propriamente dita. Portanto, pode-se afirmar que se tratou de um processo de pesquisa-ensino, que levou em consideração o campo empírico e as referências teóricas articuladas ao tema.

O objeto é um fenômeno que se insere numa realidade constituída por relações humanas, contradições, valores, ou seja, o contexto de pesquisa e aquilo que se estuda exigem uma forma de observação e interpretação que não pode se resumir a elementos quantitativos ou qualitativos. Por isso, fizemos a opção, no caminhar, por um enfoque dialético. Nessa referência, segundo Minayo (2006), compreende-se como uma falsa dicotomia o confronto entre quantidade e qualidade.

Além disso, tal perspectiva funda-se no imperativo do modo humano de produção social para desreificar a realidade concreta na

<sup>4</sup> Os bolsistas iniciantes da pesquisa em tela foram financiados pela Rede Cedex. Contaram com orientação dos professores pesquisadores do Grupo MEL/UFBA e centraram suas atividades em estudos teóricos sobre políticas públicas, mídia e esporte e no levantamento de informações junto aos jornais.

sua estruturação, desenvolvimento e transformação, articulando os aspectos econômicos, políticos e sociais presentes no mesmo, de modo a considerar o conflito e a contradição como elementos permanentes na compreensão dos diversos fenômenos sociais.

Para Minayo (1994), uma investigação de caráter social pressupõe conhecimento teórico, domínio das técnicas e capacidade crítica e criativa dos pesquisadores. Todos esses elementos devem estar articulados com a opção teórico-metodológica. Com base nessa afirmação, a pesquisa foi organizada em etapas, que foram denominadas de: elaboração do projeto de pesquisa; planejamento da pesquisa; ação da pesquisa; redação do relatório final.

Na primeira etapa, foi sistematizado o objeto de pesquisa, a definição dos objetivos e a construção metodológica do estudo. Em seguida, estruturamos a equipe participante da pesquisa e colocamos em discussão a problemática, a construção metodológica do estudo e o cronograma para a concretização do mesmo.

Na primeira etapa, foi sistematizado o objeto de pesquisa, a definição dos objetivos e a construção metodológica do estudo.

Em seguida, estruturamos a equipe participante da pesquisa e colocamos em discussão a problemática, a construção metodológica do estudo e o cronograma para a concretização do mesmo.

Na terceira etapa, a ação da pesquisa, efetivamos o levantamento e a análise das informações. O primeiro procedimento se caracterizou por reuniões de estudo com vistas ao aprofundamento conceitual sobre políticas públicas, mídia impressa e esporte. Nessa imersão foi possibilitado aos estudantes bolsistas, à coordenação da pesquisa e aos pesquisadores associados uma aproximação teórica com as categorias e o aprofundamento do tema.

O segundo procedimento constituiu-se de visitas às redações e arquivos dos jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia* bem como na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Ainda nessa etapa, foram levantados, via internet, recortes esportivos nos prin-

cipais jornais do Nordeste e nos sítios do Ministério do Esporte. Tal material constituiu um dossiê técnico-científico que identificou junto aos referidos periódicos a veiculação de matérias que tratavam de políticas públicas federais de esporte entre 2003 e 2006 e indicadores que possibilitassem uma melhor reflexão da política de comunicação do Ministério do Esporte. Já nessa etapa buscou-se ir além das manchetes e caminhar pelas entrelinhas e como nos adverte Pais (2003, p. 20) “[...] a análise de conteúdos das fontes áudio-visuais deve orientar-se não apenas pelo conteúdo semântico das mensagens, como também para a informação estética”.

Com o levantamento de todos os dados, foi realizada uma análise quantitativa das informações, entendendo que tal perspectiva permite iniciar o diálogo com as matérias jornalísticas em questão. Para efeito da pesquisa, consideramos 100% dos jornais estaduais da Bahia e das matérias publicadas no quadriênio de 2003 a 2006.

Por fim, fizemos uma análise qualitativa dos textos jornalísticos, que foi efetivada a partir da técnica de Análise de Conteúdo, com a compreensão de que os escritos precisam ser submetidos a uma apreciação detalhada porque, segundo Bardin (1977, p. 14), “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”.

Assumimos esse tipo de análise levando em conta suas influências semióticas, que consideram o movimento dos processos comunicativos. Tratamos, então, com a definição de análise de conteúdo proposta pelo mesmo autor já referido, como técnica pautada em diferentes procedimentos que se aplicam quando se considera que as mensagens não se mostram em essência à primeira vista e é, portanto, necessário ir além do significado imediato. Em outras palavras, a partir do conteúdo é possível inferir sobre valores, condutas, ideologias postas nas entrelinhas. Um sentido que, aparentemente desprezível, pode estar em segundo plano.

Foi realizado o tipo de análise de conteúdo definido por Bardin (1977) como análise temática, que se constrói a partir de três etapas. A primeira etapa é a pré-análise, na qual se organiza o próprio processo de pesquisa: a escolha do material a ser analisado e com que objetivo. O material analisado nesta pesquisa foram as matérias jornalísticas que tratam das políticas públicas federais de esporte, publicadas nos jornais de circulação estadual na Bahia entre 2003 e 2006, a partir dos temas encontrados que estão descritos na Tabela 3. Organizado o material, com o levantamento de todas as matérias de jornal, seguiu-se uma primeira leitura panorâmica.

A segunda etapa, exploração do material ou descrição analítica, consistiu em codificar e categorizar as informações. Nesse momento, os dados brutos foram organizados sistematicamente para esclarecer aos pesquisadores as características do conteúdo.

Em tal processo, foram determinadas as unidades de registro (frases ou palavras), organizadas em temas. Nas palavras de Bardin (1977, p. 105): “Fazer uma análise temática consiste em descobrir ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

O estabelecimento de temas tem como objetivo a categorização do conteúdo. Esta consiste, portanto, na classificação dos elementos que constituem todo o material analisado. Então, estabelecemos as seguintes unidades de significação temática: concepções de esporte e função social do esporte.

Seguimos com a descrição analítica, que se constitui no confronto e reflexão sobre os aspectos que emergiram desses dados com base no referencial teórico construído no decorrer do estudo.

Dessa forma, fizemos inferências relativas aos elementos subjacentes nas matérias publicadas nos jornais de circulação estadual na Bahia, constituindo a terceira etapa da análise de conteúdo temática: inter-

pretação inferencial. É nesse momento, segundo Minayo (2006), que se chega às entrelinhas, à essência do que fora explicitamente afirmado.

E, finalmente, foi elaborado o relatório final da pesquisa, apresentando um corpus de questões a serem refletidas pelas instituições pesquisadas e pelo próprio na avaliação daquilo que figura como prioridade das políticas públicas federais de esporte no Brasil.

### ***Jornais nas entre linhas***

O presente tópico traz, de forma sistematicamente organizada, a exposição quantitativa e a análise qualitativa dos dados encontrados nos jornais do quadriênio pesquisado, como também o diálogo entre números, categorias temáticas e referenciais teóricos do estudo.

Tabela 1 – Jornais mais vendidos do país

TÍTULO	EDITORIA	TIRAGEM DIÁRIA	FORMATO
Folha de S.Paulo	Empresa Folha da Manhã	311.287	Standard
Super Notícia	Sempre Editora S/A	303.087	Tablóide
Extra	Infoglobo Comunicações SA	287.382	Standard
O Globo	Infoglobo Comunicações SA	281.407	Standard
O Estado de S.Paulo	S/A O Estado de S.Paulo	245.966	Standard
Meia Hora	Editora O Dia S/A	231.672	Tablóide
Zero Hora	Zero Hora Editora Jornalística S/A	179.934	Tablóide
Diário Gaúcho	Zero Hora Editora Jornalística S/A	166.886	Tablóide
Correio do Povo	Caldas Júnior	155.569	Tablóide
Lance!	Arete Editorial S/A	113.715	Tablóide

Fonte: Associação Nacional de Jornais (2009)

Importa ressaltar a tendência ao desaparecimento gradual do jornal (*standard* ou tablóide) impresso em papel e conseqüente afirmação *on line*. Ainda assim, apresentamos o levantamento realizado acerca dos jornais que circulam no país com maior volume de vendas.

As fontes e os procedimentos de avaliação de circulação de periódicos reúnem distintos modos de verificação sendo o Instituto Verificador de Circulação (ICV) uma referência importante como indicador.

A seguir, os jornais de maior circulação no nordeste do Brasil disponíveis *on line* e sua manchetes registradas no mesmo período de levantamento das informações nos periódicos baianos.

Após a identificação dos principais periódicos nordestinos ficou evidente também a tendência exarcebada de enfoque futebolístico de alto rendimento nas suas páginas esportivas.



Foto 8: Jornal *O Povo Digital* – Placar da Rodada



Foto 9: Jornal *O Estado do Maranhão*



Foto 11: Jornal *Jornal Povão* - Sergipe



Foto 10: Jornal *O Imparcial on Line*



Foto 12: Jornal Tribuna do Norte



Foto 13: Jornal O Jornal de Hoje



Foto 14: Jornal Diário de Natal



Foto 15: Jornal Diário do Nordeste



Foto 16: Jornal Diário do Povo



Foto 17: Jornal Meio Norte Ceará



Foto 18: Jornal Meio Norte Piauí



Foto 19: Jornal O Dia



### Conteúdo dos periódicos pesquisados em números

Conforme dito no segundo capítulo, no Estado da Bahia, a parte mais significativa da mídia impressa esportiva está concentrada em três jornais: *Correio da Bahia*, *Tribuna da Bahia* e *A Tarde*.



Figura 20: Três jornais analisados na Bahia.

Então, para fins desta pesquisa, consideramos 100% das publicações destes jornais no quadriênio 2003-2006. Inicialmente, identificamos as matérias que tematizavam as políticas públicas de esporte em âmbito municipal, estadual e federal, como uma forma de selecionar criteriosamente as matérias que deveriam ser submetidas, de acordo com o objetivo do estudo, a uma análise mais rigorosa. Os números estão apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Número de matérias/jornal em âmbito municipal, estadual e federal considerando 100% dos jornais pesquisados no quadriênio 2003 - 2006

JORNAL/ MATÉRIAS	MATÉRIAS			TOTAL DE MATÉRIAS
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	
JORNAL A TARDE	37	32	28	97
CORREIO DA BAHIA	16	25	2	43
TRIBUNA DA BAHIA	7	7	7	19

Na Tabela vê-se que as políticas públicas de esporte em âmbito federal são as que tem menos espaço de divulgação. É possível quantificar que o total de matérias acerca das políticas públicas federais de esporte em 1460 dias dos 4 anos do primeiro mandato do Governo Lula (no período de 01/2003 a 12/2006) é de 35 matérias.

Por ano de divulgação, temos a incidência de matérias indicada na tabela a seguir.

Tabela 3 – Incidência de matérias nos jornais pesquisados em cada ano do quadriênio pesquisado

ANO	NÚMERO DE MATÉRIAS NOS JORNAIS PESQUISADOS
2003	23
2004	2
2005	7
2006	3

Percebe-se que no primeiro ano do Governo Lula, até mesmo devido às expectativas geradas após a eleição em que “a esperança venceu o medo”, houve centralidade nas matérias que discutiam as políticas públicas, algumas herdadas do governo anterior. No ano seguinte, praticamente houve abandono do debate de tais políticas, que foi retomado, numa intensidade muito menor, nos anos de 2005 e 2006.

Uma pergunta ainda nos restava para que fosse possível tecer um diálogo mais profundo com tal numerário. Quais os temas discutidos nas 35 matérias sobre as políticas públicas de esporte em âmbito federal? A resposta a esta questão foi organizada na Tabela 4 com suas respectivas caracterizações.

Tabela 4 – Caracterização das matérias por tema

ASSUNTO TEMATIZADO	NÚMERO DE MATÉRIAS QUE TRATAM DO TEMA
Estatuto do Torcedor	12
PAN/ Lei Agnelo Piva	04
Bolsa Atleta	04
Timemania	02
Reinivindicação por Políticas Públicas	03
Parcerias e Convênios	08
Outros	02

Diante desta tabela cabe perguntar: até esse momento da análise, os jornais comunicam qual ação?

Foram 12 matérias sobre o Estatuto dos Torcedores. A Lei 10.671, de 15 de maio de 2003, estabelece o Estatuto dos Torcedores, com a intenção de proteger e defender o torcedor. A primeira pergunta que se coloca é: quem são os torcedores? No Artigo 2º do próprio Estatuto diz-se que “Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva”. (BRASIL, 2003)

Num outro ponto de vista, a ajuda para elaborar a resposta vem com as reflexões tecidas por Betti (1998), ao afirmar que no tempo do esporte espetáculo troca-se a prática pela assistência e, ao mesmo tempo, essas duas ações confundem-se. Por isso, há espaço para pensar e elaborar um estatuto para o sujeito que se realiza assistindo o jogo, ao vivo ou através dos meios de comunicação de massa no quais a cultura corporal, especialmente o esporte, tem centralidade.

Já sobre a Lei Agnelo/Piva foram 4 notícias. Essa Lei foi sancionada em 2001, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e deixou estabelecido que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias deve ser direcionada ao esporte. Vale ressaltar que com direcionamento para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Só isto já nos dá bastante material para discussão, quando se podem lançar as perguntas: para que referência de esporte está sendo direcionado esse recurso? Quantas pessoas serão beneficiadas com a possibilidade de praticar esportes?

As respostas são, também, facilmente articuladas. É evidente que o COB e o CPB estão interessados no esporte de rendimento com a meta de, nas competições eliminatórias, classificar atletas para as Olimpíadas e, nestas, ganhar medalhas. Mas é interessante pensar com Bracht (2005) que atualmente o esporte de rendimento é um

grande fenômeno econômico, que produz seus heróis e estes promovem a venda de uma série de produtos a reboque do esporte.

É preciso considerar, ainda, que o esporte de rendimento traz uma perspectiva educacional que envolve dois aspectos significativos que é preciso considerar. Primeiro, o modelo educacional do autoritarismo em que o técnico representa a ordem, quem manda, e o atleta representa um executor de tarefas que tem que atingir o máximo de sua produtividade. Palavra esta muito bem atrelada à lógica do capital global que se instalou no cenário brasileiro a partir da década de 1990. (FRIGOTTO, 2003) O segundo aspecto é que o modelo de esporte de rendimento, de acordo com Kunz (2004), proporciona à maioria das pessoas experiências frustrantes de práticas corporais, pois nem todos têm a habilidade técnica para se tornarem atletas e terminam sendo excluídos de determinados momentos das práticas corporais ou sendo desvalorizados por não conseguirem alcançar a desejada eficiência esportiva.

No entanto, tais considerações sobre a Lei Agnelo/Piva não garantem que os jornais a estão colocando necessariamente como o modelo de esporte que o Brasil deve seguir. Isto só foi possível saber a partir da análise do texto jornalístico. Hipóteses são colocadas quando consideramos a afirmação de Gramsci (2001) de que os jornais são espaço de divulgação de ideologias concatenadas com os grupos hegemônicos. Mas, antes de fazer qualquer afirmação simplista no sentido de criticar os jornais, é preciso, também, considerar quando Briggs e Burke (2004) colocam que os jornais foram, historicamente, espaço para protestos e reivindicações das classes populares.

O Bolsa Atleta foi alvo de preocupação em mais 4 das matérias identificadas. Não precisamos ampliar as análises feitas anteriormente quando se sabe que se trata de um Programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério do Esporte, com o objetivo de custear os atletas de alto rendimento ou que tenham potencialidade para

tal, no sentido de garantir a continuidade de seus treinamentos e seu crescimento na carreira esportiva. O vínculo com o que Kunz (2004) chama de dimensões inumanas do esporte e com o universo do espetáculo fica claro quando se coloca tal benefício apenas para aqueles sujeitos que praticam esportes vinculados ao Comitê Olímpico Internacional e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

É preciso esclarecer que o nosso desejo com tal análise não é, simplesmente, fazer uma crítica vazia ao esporte de rendimento. Afinal, esta é, sem dúvida, uma manifestação moderna e contemporânea da cultura corporal. O que se coloca em questão é a democratização das práticas corporais esportivas no âmbito do lazer para a população, já que se trata um direito constitucional do cidadão brasileiro. E essas duas iniciativas até agora analisadas direcionam-se para um pequeno percentual de nossa população, que são aqueles que vão ganhar medalhas nos grandes eventos esportivos mundiais.

A trilha continuou a mesma quando se identificou que a Time-mania ocupou duas matérias nos jornais do período analisado. Jogo criado para ajudar os clubes brasileiros a pagar suas dívidas com o governo brasileiro. Débitos contraídos devido ao não pagamento de impostos, ao fato de se pagarem salários milionários para os heróis do futebol. Essa ajuda governamental é destinada a manter vivos os clubes que contribuem para a construção do maior de todos os espetáculos: o futebol brasileiro. Do dinheiro arrecadado com a nova loteria, 46% é destinado aos apostadores vencedores, 22% aos clubes que aderiram à loteria, 20% à Manutenção do Serviço, 3% aos Projetos esportivos na rede de Educação Básica e Superior e para ações dos clubes sociais, 3% ao Fundo Penitenciário Nacional, 3% vai para a Santa Casa de Misericórdia, 2% destina-se à Agnelo/Piva e 1% à seguridade social.

É possível perceber que a maior parte dos recursos está direcionada, claramente, ao esporte de rendimento. Apesar disto, cabe

questionar: qual o objetivo do Estado ao disseminar a prática esportiva nos espaços de educação formal? Que modelo de esporte tem sido incentivado nesse espaço pedagógico? Portanto, o esporte numa perspectiva meramente tecnicista deve ser ressignificado em tal instituição, que tem como objetivo garantir aos educandos todas as possibilidades de expressão e a sistematização do conhecimento produzido pela humanidade no sentido de conhecerem, interpretar e intervirem no mundo em que vivem.

Notícias sobre parcerias e convênios foram em número de oito. E, enfim, foram três os momentos em que apareceram reivindicações por políticas públicas de esporte e lazer. Diante de tantos projetos e programas do governo federal, por que reivindicar políticas públicas de esporte e lazer? As análises anteriores resolvem nossas questões. Os programas anteriores eram todos voltados ao esporte de rendimento.

Para Carrano (2007), é preciso que a Educação Física no campo do esporte estabeleça um amplo e profundo debate sobre a natureza do Estado e a influência, que ele chama de perversa, das políticas neoliberais em desresponsabilizarem-se pelo que é direito público. Tal processo se concretiza por meio da inserção das empresas privadas estabelecendo parcerias com o próprio governo e engendrando ações da dita “responsabilidade social” e responsabilizando-se, por consequência, por parte das ações que deveriam ser garantidas no âmbito público. (SILVA; SILVEIRA; ÁVILA, 2007) É a concretização, no âmbito do Esporte e Lazer, do Estado Mínimo.

Quando os jornais abrem espaço para esse tipo de reivindicação, é significativo destacar, tornam-se explicitamente, como todo e qualquer espaço de interação entre os seres humanos na sociedade, espaço de disputa de poder e luta por afirmação de interesses. Isto mostra que, apesar de ser instrumento da ideologia oficial, hegemônica, há brechas e vazios que são ocupados com manifestações de defesa dos interesses das majorias com menos poder de ação e expressão e que

vão, sorrateiramente, executando uma ação contra-hegemônica nos espaços cotidianos de interação.

### *Dialogando com as matérias de cada jornal*

A partir deste momento, trataremos a análise de conteúdo das matérias publicadas nos jornais pesquisados. Tal apreciação está organizada por jornal, tratando as matérias e dialogando com o referencial teórico a partir das categorias anteriormente explicitadas: concepção de esporte e função social do esporte.

Inicialmente, tecemos o diálogo com o jornal *Correio da Bahia*, que conforme explícito a Tabela 2 publicou duas (02) matérias sobre as políticas públicas de esporte em âmbito federal.

Em pesquisa nos arquivos do referido jornal, vimos que ambas as reportagens são do ano de 2003, respectivamente em 3 de janeiro e 4 de abril. A primeira traz o título “Ministro dos Esportes reforça projeto de inclusão social” e a segunda trata de medida provisória para regulamentar o futebol brasileiro.

No que se refere à concepção de esporte e a sua função social, é circular, na matéria que ocupa meia página do caderno de esportes do referido jornal, frases que relacionam a prática esportiva com a inclusão social e com o desenvolvimento humano:

“Agnelo Queiroz está decidido a usar o esporte como meio para beneficiar um universo de 32 milhões de crianças” (p. 12);

“[...] transformar o desporto em um poderoso instrumento de inclusão social” (p. 12);

“[...] esporte como fator de desenvolvimento humano” (p. 12);

“[...] prioriza o papel do esporte como mecanismo de inclusão social” (p. 12).

Todavia, aparece, também, que os projetos esportivos estarão voltados para a educação e para a saúde e que o esporte de rendimento, especialmente as atividades dos times de futebol aparecem “[...] como uma ‘alavanca’ para o incremento do desporto nacional” (p. 12).

O que cabe questionar, já como forma de análise é: o que significa dizer que o esporte é ferramenta de inclusão? De que perspectiva de inclusão têm tratado as políticas nacionais? Que lugar ocupa o esporte de rendimento nessa conjuntura? Qual o olhar sobre a saúde que se coloca?

Começaremos pelo último questionamento, pois não fica clara a concepção de saúde de que se trata. É de amplo conhecimento no campo da Educação Física sua legitimidade social a partir de argumentos constituídos no âmbito de sua relação com a saúde. Esta, no entanto, concebida apenas do ponto de vista biológico e numa lógica individualista de responsabilizar o sujeito pela sua condição de saúde e/ou doença que tendia a culpabilizar a vítima.

Atualmente, os setores envolvidos com a saúde consideram-na um elemento multifatorial, que envolve não só questões orgânicas, mas especialmente aspectos socioeconômicos e culturais. Estão aí envolvidos o acesso ao lazer e ao esporte, assim como todos os outros direitos sociais: educação, transporte, moradia, saneamento básico, previdência, entre outros. Não se trata, entretanto, de reafirmar a antiga máxima “esporte é saúde”, mas de compreender esporte e lazer como possíveis vivências que podem promover a emancipação humana e, portanto, vincular-se a uma ampla perspectiva de saúde. A matéria do jornal analisado, porém, apenas vincula saúde a esporte sem se aprofundar no posicionamento sociopolítico em relação ao conceito de saúde que se faz presente, dando brechas para uma visão reducionista que se constitui no senso comum e despreza a produção acadêmico-científica do campo da saúde nas últimas décadas.

Em relação ao esporte como possibilidade de inclusão social é preciso reconhecer, inicialmente, que a organização de nossa sociedade se edifica sob um modo de produção que precisa da exclusão e da fragmentação para sua permanência. Apesar de ser cada vez mais perceptível a sua insustentabilidade, o capitalismo é incompatível



com qualquer mecanismo de controle em relação a sua autoexpansão e continuidade. (MÉSZÁROS, 2003)

Isto já nos faz questionar se está em jogo uma inclusão efetiva ou um mecanismo de exclusão includente, através de estratégias que dão aos pobres acesso a alguns direitos de forma precária e com perspectivas diferenciadas, já que em tempos de Estado Mínimo o acesso aos mesmos é determinado pelas condições de consumo de cada classe social, já que as ideias liberais de que nos falam Cunha e Cunha (2002) ainda prevalecem.

É fácil duvidar, portanto, que se esteja falando de uma inclusão efetiva via experiências com as práticas corporais que possibilitarão a transcendência de limites pela manipulação, aprendizagem e criação e levarão à emancipação do sujeito da condição de alienação que se vive atualmente, nos termos debatidos por Mézszáros (2003).

No mesmo sentido, mas numa reflexão específica sobre o esporte, Pires e Silveira (2007) afirmam que, no cenário atual, busca-se dar conformidade ao esporte com argumentos que o vinculam à fábrica de atletas, de descoberta do talento esportivo. Colocação esta que, conforme os próprios autores, desconsidera toda a produção das últimas décadas no campo da Educação Física.

Ao mesmo tempo, vincula-se o esporte a uma prática assistencial que coloca a “farsa”, nas palavras dos autores, da inclusão social como esforço vinculado a esse fenômeno. Todavia, questionam-se os motivos pelos quais parte de tais projetos, de cunho inclusivo e educacional, partem do Ministério do Esporte e não do Ministério da Educação.

Na continuidade de seu debate, Pires e Silveira (2007, p. 49) afirmam que:

Nesse sentido, pensamos que o debate acadêmico entre ‘um esporte (que acontece) na escola’ e ‘um esporte (que se constrói com a marca) da escola’, que envolveu, entre outros, pensadores como Valter Bracht (1992), Elenor Kunz (1994), Tarcísio Mauro Vago (1996) e Sávio Assis de Oliveira (2001), tem ainda muitos subsídios a oferecer para a fundamentação de práticas

pedagógicas de esporte em ambientes educacionais, que sejam realmente integradoras de uma formação cultural calcada no esclarecimento e na cidadania emancipada.

E, mais amplamente, não há como considerar tais produções e falar, essencialmente, em inclusão se não vier à tona, também, o debate sobre os limites do modo de produção e do projeto histórico ao qual se vincula o esporte atualmente. É preciso colocar em jogo a insustentabilidade do capitalismo e compreender as práticas corporais para a inclusão como um mecanismo de construção contra-hegemônica. Ou não estaremos falando em inclusão de fato.

Na segunda reportagem, na verdade uma nota, noticia-se uma medida provisória aprovada pelo Senado que permite ao Ministério Público fiscalizar clubes, ligas, federações e confederações. Fala-se, também, da proibição da venda de jogadores com menos de 18 anos de idade.

Vê-se que, nesse caso, a concepção de esporte posta é a do rendimento. Em relação a este, pode-se retomar debate tecido por Bracht (2005), de que o esporte tecniciza o lúdico, baseado em princípios de competição, rendimento, produtividade, individualismo. Todos estes princípios relacionam-se à alienação, cujas formas mais variadas, segundo Mészáros (2003), têm início no processo de trabalho que subsume o ser humano do produto de sua prática e de si mesmo.

No que diz respeito às políticas públicas, vê-se que estão reduzidas ao mesmo universo anteriormente posto: o esporte de rendimento, especialmente o futebol, seus sujeitos e entidades. Portanto, está descartada uma concepção relativa à garantia de direitos sociais para atender a uma demanda social, pois está claro na matéria em questão que se trata de um processo de regulamentação do futebol através da fiscalização das finanças dos clubes e do processo de comercialização de atletas. Ou seja, fala-se da regulamentação da modalidade esportiva que mais tem importância empresarial no Brasil na dimensão da constituição do espetáculo, que deixa de fora mi-

lhões de cidadãos e cidadãs, porque deixam de vivenciar para assistir e porque não têm condições de ir aos estádios nem de ter acesso aos vários produtos comercializados a partir do futebol.

O jornal *Tribuna da Bahia* trouxe, no período pesquisado, cinco (5) reportagens sobre as políticas públicas em âmbito federal. Nestas, têm destaque os programas de atendimento à criança carente, como o Programa de Criança, que, segundo o jornal, dá assistência a mais de 1000 crianças pela via do esporte, capoeira, entre outras atividades. Além de possibilitar o acesso ao esporte, tais programas, em geral, trabalham com a formação técnica dos jovens.

De que educação se trata é onde está o nó. Não queremos, aqui, fazer o exercício permanente da crítica nem darmos o tom de queixas as nossas colocações. Todavia, não podemos nos privar de apontar que concebemos educar como sinônimo de promover formação humana e compreendemos, para tanto, que é essencial o desenvolvimento da capacidade de o sujeito conhecer, analisar e intervir na sua realidade.

Portanto, não basta praticar esporte. É preciso se apropriar desse fenômeno, para além de suas regras, para além do modo como ele é exposto no nosso cotidiano, para além de seu uso instrumental. Não basta praticar a capoeira. É preciso reconhecê-la como manifestação cultural de resistência localizada temporal e historicamente.

No que se refere ao segundo aspecto destacado, colocamos que o objetivo desta pesquisa não é discutir a escola. Todavia, é preciso pontuar que muitos alunos estão sendo inseridos na escola e saindo dela sem dominar os conhecimentos básicos para seguir na sua vida de estudos e qualificação profissional. Então, por isso, são necessários os programas complementares.

Além disso, a perspectiva de inserção no mundo do trabalho explicita que, no Brasil, somente aqueles que podem prolongar a dependência financeira dos pais conseguem acumular mais anos de educação formal. Ou seja, isto não é para a maioria que compõe a classe trabalhadora. Destarte, não se trata de conscientizar os su-

jeitos de seus direitos, mas de garantir-lhes uma formação técnica complementar à escola.

Por fim, o jornal que, no período de 2003 a 2006, mais publicou reportagens sobre políticas públicas de esporte e lazer no âmbito federal foi *A Tarde*. Por isso, as análises dessas publicações ocupam mais espaço neste livro. As apreciações das matérias deste tabloide estão agrupadas por temática. Fizemos tal opção, em detrimento da cronologia, para não nos repetirmos nas discussões.

A primeira reportagem, em 30 de janeiro de 2003, chama a atenção para a contribuição da Petrobras com o esporte, especialmente aqueles que promovem a relação do ser humano com a natureza, no sentido de estimular a participação de atletas brasileiros em torneios internacionais de canoagem, vela e remo. Tal apoio tem o objetivo de elevar o nome do país.

Para Bracht (2005), é importante identificar e compreender como se dá a relação entre o Estado e o esporte. No caso analisado, a Petrobras, maior e mais lucrativa empresa estatal brasileira, aparece como a mediadora da relação.

É preciso lembrar que o Estado é um instrumento de manutenção da hegemonia e que, no caso descrito, a intervenção no campo do esporte se concretiza pelo interesse de elevar o nome do Brasil no exterior. Isto, tanto interna quanto externamente, serve como desafio político.

Nas palavras de Bracht (2005, p. 73), “sucessos esportivos fornecem prestígio nacional. Tais sucessos testemunham que o sistema está em condições de resolver seus problemas tecnicamente de forma eficiente”.

No mês de fevereiro de 2003 há uma matéria que retrata os interesses do Brasil no que se refere aos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, em 2007.

Ainda sobre esse tema, em 2003, tem-se a reportagem que trata do Código Mundial sobre o *Antidopping*, apontando que o Brasil foi

o primeiro país a assiná-lo. O país que não assinasse tal acordo não poderia sediar competições internacionais, a exemplo do Pan-Americano e das Olimpíadas.

Diante de tal assinatura, diz a reportagem, o Brasil tem que criar uma agência nacional de combate ao *dopping*, o que aumentará os custos do Ministério do Esporte. Por isso, tal responsabilidade deve ficar para o COB. Para esta entidade, conforme a matéria em questão, esse acordo representa um marco na história do esporte em todo o mundo.

Os Jogos Pan-Americanos voltaram a ser notícia em 25 de janeiro de 2005, na matéria intitulada “Bolso Cheio”, que traz a falta de recursos da Prefeitura do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Pan-Americanos e o fato de que tal precariedade não se constituiu ameaça para a realização do evento. Isto porque seriam disponibilizados recursos do Governo Federal, além de outros de parcerias público-privadas, para a concretização do projeto.

Outro aspecto bastante enfatizado na referida reportagem é a politização do Pan no momento de sua organização, o que nos leva a dialogar com Bracht (2005) para quem a priorização em dada dimensão do esporte dá sinais do que o Estado espera desse fenômeno.

Para o mesmo autor, o esporte de rendimento – caso das reportagens sob análise – é instrumento político porque é facilmente explorado pelas mídias de massa, dissemina ideia de nação e patriotismo, elege-se o atleta “herói” como representante bem-sucedido de um modelo de desenvolvimento, reproduz-se na competição o modelo social como forma de naturalizá-lo.

É importante notar, todavia, que o jornal denuncia a politização do esporte. Isto chama atenção porque, em geral, trata-se o fenômeno esportivo como algo neutro e este é um dos aspectos que, inclusive, facilita sua instrumentalização.

Outra reportagem, da mesma data, vinculada à realização dos Jogos Pan-Americanos, tem na chamada “Empurrão do Governo”. O primeiro parágrafo da reportagem destaca “Pouca gente sabe, mas

vigora desde julho do ano passado (ou seja, 2005) um projeto de lei do governo federal com o objetivo de beneficiar atletas brasileiros com talento reconhecido que ainda estão sem patrocínio". (GOMES, D. *A Tarde*, Salvador, 2006, p. 6)

Trata-se do Bolsa Atleta, cujo projeto objetiva fazer do Brasil, segundo o próprio jornal pesquisado, uma das dez maiores potências esportivas do mundo nos próximos anos, beneficiando aqueles atletas que se destacam num dado ano no período posterior. Tal iniciativa é vista como um estímulo pela busca de bons resultados em competições e esforço no processo de treinamento.

Outro objetivo é que atletas pobres não abandonem a prática esportiva por falta de dinheiro, em especial nas modalidades esportivas que têm pouca visibilidade. As bolsas são organizadas nas categorias estudantil, atleta nacional, atleta internacional e atleta olímpico e paraolímpico.

A reportagem termina com uma afirmação do então Ministro do Esporte: "[...] estão assegurados R\$ 5 milhões do orçamento federal para o programa neste primeiro ano. Com o dinheiro, o governo prevê beneficiar cerca de 2 mil atletas em todo o País". (GOMES, D. *A Tarde*, Salvador, 2006. p. 6)

A primeira análise que queremos tecer diz respeito às consequências do incentivo do Bolsa Atleta para o esporte escolar. O campo da Educação Física denuncia que, na escola, há a redução das suas possibilidades ao esporte e propõe que diversos temas sejam desenvolvidos. Não se nega a necessária tematização do esporte no contexto escolar, mas esta vem refletindo sobre os objetivos aos quais tais vivências atendem.

Historicamente, desde que o esporte passou a protagonizar as aulas de Educação Física na escola, questiona-se que o encaminhamento das aulas não possibilita ao educando a condição de sujeito, já que o mesmo apenas repete movimentos determinados por outro (o professor), não tendo a possibilidade de conhecer a

história, os significados sociais relacionados ao movimento esportivo, e de criar suas próprias possibilidades de vivência. E também o educador, ao servir a uma lógica que subsume o sujeito de sua liberdade, é posto na condição de objeto de um projeto educacional e de sociedade que contribuem com a desigualdade e que dificultam o projeto de humanização.

Compreendemos que retomar acriticamente o estímulo ao esporte de rendimento no contexto escolar contribuirá para o retorno (ou não superação, em algumas realidades) de uma perspectiva esportivista de Educação Física e da escola como celeiro de atletas para atingir o supra citado objetivo de transformar o Brasil em um das dez maiores potências esportivas do mundo.

Daí vem a segunda reflexão: de que interessa transformar o Brasil em potência esportiva? Sabemos, também com base em Bracht (2005), que o esporte, em muitos momentos históricos teve um fim político conservador. Na medida em que o Brasil vem tentando se mostrar para o mundo como nação que atingiu melhores índices educacionais, maior industrialização, melhores resultados econômicos, é conveniente que acompanhe esse ar de desenvolvimento a evolução esportiva, pois isto a um primeiro olhar significa o alargamento da ciência e do próprio desenvolvimento.

De volta ao mês de fevereiro de 2003, noticia-se a aprovação do Estatuto do Torcedor. A reportagem afirma que o documento estabelece direitos e deveres do torcedor no que diz respeito a horário dos jogos, preços dos produtos vendidos dentro dos estádios, manifestação de violência, presença de serviço médico nos eventos esportivos. Trata-se de um estatuto direcionado somente ao futebol.

Uma notícia já analisada no jornal *Correio da Bahia* e que reaparece no jornal *A Tarde* é a medida provisória que permite aos clubes de futebol tornarem-se empresas. Todavia, este jornal destaca os impasses para a aprovação de tal medida. Segundo o jornal, a versão inicial a ser votada trazia trechos que impediriam o Ministério Público

de fiscalizar entidades esportivas e seus dirigentes. Discutia-se, também, a inspeção dos estádios e a divulgação contábil dos clubes até 30 de abril do ano subsequente ao exercício financeiro.

Esta mesma medida provisória, com seus impasses, volta a ser notícia por conta de impedir que outros projetos sejam votados na Câmara dos Deputados. A reportagem afirma que a Medida Provisória destaca o futebol como possível beneficiado pela Lei Rouanet<sup>5</sup>, que antes era exclusiva para a cultura, porque é considerado patrimônio cultural brasileiro. A partir de medida provisória, os clubes também poderão pagar dívidas por meio de ação comunitária para populações carentes.

O mesmo jornal coloca em pauta, em 19 de dezembro de 2003, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva. A reportagem analisada aponta maior radicalidade nas punições para clubes que contratarem atletas irregulares e aos próprios atletas que cometerem atos irregulares. Isto se dá por conta do excesso de violência no futebol. Todavia, considera-se impraticável o que o novo código prevê porque, na maioria das vezes, as faltas violentas no esporte (futebol) não são planejadas. Isto faz com que, segundo a matéria, haja o risco de se cometerem muitos erros e injustiças.

Ainda no plano do futebol, em 31 de janeiro de 2005, foi publicada uma reportagem intitulada “Futebol Profissional”, escrita por Antônio Melhor e com uma foto colocando em destaque Pelé e sua afirmação de que faltam, no futebol brasileiro, honestidade e profissionalismo.

A reportagem inicia retomando a Lei Pelé, que terminou com o passe e obrigou os clubes a se transformarem em empresas. Por isso, alguns cartolas afirmam que a legislação é responsável pela falência do futebol brasileiro.

---

<sup>5</sup> Lei que institui políticas públicas para o campo da cultura no Brasil, possibilitando empresas e cidadãos de investirem parte de seu imposto de renda em ações culturais. Ver mais no sítio do Ministério da Cultura: [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br).



Para Pelé, ao contrário, a falência é consequência da corrupção, pois com o fim do passe dos jogadores, a comercialização dos mesmos se torna mais rápida e o volume de comercialização aumenta, fazendo com que patrocinadores que até então não investiam em futebol, façam-no. Trata-se, efetivamente, do processo de liberalização no comércio de jogadores de futebol.

A esta lei, segundo a reportagem, associou-se “[...] uma legislação sem nenhum mecanismo de controle e fiscalização pela sociedade, associados e torcedores”. (MELHOR, A. Futebol profissional, *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 2005. p. 12) Por conta disso, houve aumento da corrupção. Isto fez com que fosse aberta a CPI CBF/NIKE, que terminou sem nenhuma punição e com a mudança da Lei Pelé, com a promulgação do Estatuto do Torcedor e a Lei de Moralização do Futebol.

Todavia, segundo o próprio jornalista que escreveu a matéria, essas mudanças não promovem a moralização do futebol, pois não há regras claras para a transformação dos clubes em empresas; ainda há brechas para a especulação no futebol. Coloca-se, então, que “A maximização dos lucros dos investidores por si só conflitua com os objetivos dos times, especialmente dos torcedores, que é o de maximização de vitórias e títulos”. (MELHOR, A. Futebol profissional, *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 2005. p. 12)

O Estatuto do Torcedor é posto na matéria analisada como insuficiente para o torcedor fiscalizar o clube e os cartolas do futebol. O estabelecimento de eleições diretas com a participação de associados e torcedores é vista como uma ação necessária para tornar o futebol brasileiro honesto e denuncia que questões mercantis têm sido mais significativas do que o próprio futebol. E o jornalista conclui: “Quando a corrupção entra em campo, não estão roubando somente dinheiro, mas as emoções e alma dos professores. Profissionalização sim, mercantilização não!”. (MELHOR, A. Futebol profissional, *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 2005. p. 12)

O jornal *A Tarde* volta a falar do Estatuto do Torcedor para chamar a atenção de que o mesmo é desrespeitado nos estádios baianos, com brigas de torcedores, filas desorganizadas e falta de segurança, que é um dos direitos assegurados pela legislação.

O que se observa, de modo geral, é que muitas matérias que debatem as políticas públicas de esporte em âmbito federal estão voltadas para o futebol. O cenário esportivo brasileiro é protagonizado por essa modalidade e outras manifestações do esporte moderno e da cultura corporal são desprezadas e mantidas em segundo plano. Não se trata, portanto, somente de reduzir as expressões da cultura corporal ao esporte, mas de confinar ao futebol. E, apesar de se dizer que essa manifestação compõe o patrimônio cultural brasileiro, o debate no âmbito das políticas públicas envolve questões empresariais e diferentes interesses sociais.

Como afirma Kunz (2004), o esporte transformou-se num fenômeno econômico e, a partir dele, são movimentadas vultosas quantias financeiras. No mesmo sentido, Bracht (2005) afirma que o esporte sempre esteve ligado ao setor privado, mas afinado com o Estado de forma funcional. O futebol é o show brasileiro em todo o mundo. Então, constitui-se o que Bracht (2005, p. 86) chama de “[...] grande lobby econômico internacional [...]”, tendo acesso ao dinheiro público para gerar capital privado em troca, para as próprias instituições esportivas e para o mercado industrial e de serviços.

Além disso, vê-se que prioritariamente está em jogo o universo do esporte de rendimento, do esporte a partir do qual vem se construindo o espetáculo. Este, segundo estudiosos do esporte no campo da Educação Física, como Betti (1998) e Kunz (2004) não proporciona a inserção de todos no universo esportivo. Ao contrário, promove que a falação sobre o esporte se confunda com a vivência esportiva. E, ainda, que o gosto pelo esporte não garanta sua vivência, mas a formação de um exército de consumidores dos produtos derivados dessa “vivência” esportiva guiada pelas mídias de massa.

Entendemos, portanto, que o Estatuto do Torcedor, ao dar atenção aos elementos próprios do esporte de rendimento e seus espetáculos, é um instrumento de organização dos mesmos na medida em que contribui com a organização da assistência esportiva, colaborando para a já citada troca da vivência pela assistência, de que fala Betti (1998). Destarte, contribui para que parte dos trabalhadores tenha a compensação após as horas de trabalho, mas também para que o tempo livre seja mantido sob controle. O torcedor, possuidor dos direitos garantidos pelo Estatuto, “[...] não tem iniciativa própria, atrofia suas fantasias [...]” (BETTI, 1998, p. 94) ao se deixar render pela perspectiva de esporte disseminada pelas políticas públicas engendradas pelo Estado brasileiro e divulgadas nos jornais em questão.

Não podemos desconsiderar, também, a mercadorização do futebol de que falam as reportagens, especialmente a que traz os posicionamentos de Pelé em relação à liberalização do futebol. Isto, mais uma vez, chama a atenção para a concretização do esporte como um fenômeno econômico porque se vende o espetáculo esportivo e, a partir dele, produtos e serviços. No que está posto pela reportagem, trata-se da comercialização de jogadores e das estratégias utilizadas pelos cartolas do futebol para gerar divisas para os clubes e para si mesmos.

Isto nos leva à reflexão sobre o atleta, na qual cabe questionar: trata-se de um sujeito ou de um objeto? Os atletas são explicitamente utilizados como uma peça do espetáculo esportivo e constituem-se componentes para que as engrenagens da liberalização do esporte funcionem de forma adequada. Podemos afirmar, então, que os atletas são postos como objetos de um cenário mercantil.

Fala-se, também, em 2003, da perspectiva do esporte na ação social com crianças carentes. Não entendemos como necessário retomar o discurso da inclusão que aparece em tais ações, mas que não garante efetivamente a melhoria das condições objetivas de vida das comunidades mais pobres.

Sobre esse tema, destacamos a matéria que, em 16 de fevereiro de 2004, no caderno especial de esportes (A Tarde Esporte Clube), conta a história da Fazenda do Menor. Trata-se de uma fazenda de 166 tarefas de terra que atende 1.200 crianças, adolescentes e jovens carentes. Nesta instituição os sujeitos atendidos praticam várias modalidades esportivas; fabricam biscoitos, pães e massas, além de bolas e sacolas.

Segundo a reportagem, a instituição integra o Projeto Segundo Tempo, do Governo Federal, em parceria com a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS). Isto porque se entende o esporte como instrumento da cidadania. “Crianças e adolescentes peraltas ou de difícil convivência adotam postura diferente daquela de quando chegaram. O esporte é responsável pela mudança [...]. É o carro-chefe na alteração para melhor do comportamento das crianças”. (LIMA, A. *A Tarde*, Salvador, 16 fev. 2004. Caderno A Tarde Esporte. p. 6)

Além disso, a instituição usa alguns métodos para promover a disciplina, como deixar para serem os últimos a lanchar aqueles que se comportam de forma inadequada, como descreve a reportagem. Segundo o coordenador da instituição, na medida em que aprendem uma modalidade esportiva ou alguma das profissões em cursos técnicos oferecidos, a disciplina e a socialização também se intensificam.

O material esportivo fabricado na Fazenda do Menor é enviado, a partir de ofício do Ministério do Esporte, para as seleções das modalidades cujo material é produzido, inclusive seleções paraolímpicas. É cliente, também, o Instituto Ayrton Sena.

Em visita à Fazenda do Menor, segundo a reportagem, o presidente Lula ficou empolgado com o Projeto Segundo Tempo e afirmou que as pessoas só precisam de oportunidades.

Para analisar essas matérias, dialogamos prioritariamente com Bracht (2005) quando aponta que o esporte nunca foi prioridade das políticas públicas nos países em desenvolvimento. Todavia, sempre

houve uma preocupação do Estado com tal fenômeno pelo fato de, entre outras coisas, o mesmo ser visto como instrumento de reabilitação e de integração e, portanto, como ferramenta para ajudar a resolver problemas próprios das cidades erguidas sob o alicerce capitalista da desigualdade e da falta de oportunidades para uma grande massa de pessoas. Tal aspecto tem destaque na matéria analisada.

Porém, Bracht (2005) fala, também, do equívoco que é disseminar o esporte numa perspectiva reprodutivista na ambiência das políticas públicas. Estas, especialmente se vinculadas a ações educacionais de cunho emancipador, deveriam tratar do esporte como lazer, que tem outras características. Mas, se o objetivo é a disciplinarização, o controle da natureza corporal e a harmonização com os princípios da sociedade como a mesma está posta, o caminho que o Estado busca implementar é o da naturalização da desigualdade e da necessidade do esforço individual.

É exageradamente clara a perspectiva de disciplinar as crianças por meio do domínio das modalidades esportivas. Isto, mais uma vez, coloca o esporte não como uma possibilidade de criação, de emancipação, mas como instrumento de obediência. Podemos fazer essa análise a partir da estratégia disciplinadora descrita no próprio jornal: deixar para lanchar depois de todos os outros aqueles que não se comportam bem. Trata-se de uma tática que se aproxima da perspectiva behaviorista, em que a cada estímulo positivo o sujeito dará uma resposta positiva e o mesmo para estímulos e respostas negativas.

As Olimpíadas também foram notícia no quadriênio pesquisado, com a matéria intitulada “Vitória sobre o medo”, de 26 de fevereiro de 2004, que tematizou sobre a reativação da seleção de remo adaptado, cujos custos ficaram a cargo do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Também sobre os atletas com deficiência, o jornal *A Tarde* traz, em setembro de 2004, como tema principal do caderno de esportes, o fato de o Brasil não possuir tecnologia, como os outros países, o

que afetou o resultado dos atletas. Estes dependem de seu talento e esforço individual para alcançar vitórias, já que, apesar de um trabalho e investimento precursor no esporte paraolímpico, ainda faltam políticas de incentivo para o mesmo, pois o próprio CPB admite que é preciso melhorar a estrutura e a política de financiamento para os atletas.

Meses mais tarde, em 2005, com a chamada “Calote Oficial”, tratava-se da dívida do Comitê Paraolímpico Brasileiro com os atletas que participaram das Olimpíadas de Atenas. Chama-se a atenção para as homenagens recebidas após os resultados, mas para o esquecimento, inclusive do pagamento das premiações, para os atletas com deficiência. Além disso, a maior parte desses atletas também não possui patrocínio nem incentivo governamental, diz a matéria analisada.

Em matéria anterior, o mesmo jornal *A Tarde*, em setembro de 2004, chama os atletas paraolímpicos de “heróis” por conta do surpreendente número de medalhas que ganharam em Atenas. Essa matéria, em contradição com a anterior, diz que o CPB intencionava manter o suporte aos atletas.

De qualquer modo, mais uma vez a mídia impressa destaca o universo do esporte de rendimento. Cabe perguntar quantas pessoas com deficiência não têm acesso a nenhuma vivência esportiva porque os espaços públicos não estão preparados para recebê-los, porque as escolas apresentam limites arquitetônicos e de preparação pedagógica?

Todavia, o que chama a atenção na reportagem é o fato de a dívida ser com os atletas com deficiência. Fazemos uma análise em forma de perguntas: por que será a dívida com os deficientes? Será pelo fato de os deficientes não trazerem os padrões utilizados como mecanismo para espetacularizar e sensacionalizar o esporte? Apesar de os resultados desses atletas terem sido mais significativos do ponto de vista do que interessa ao esporte moderno (*record*, vitória) eles são esquecidos e deixados de lado após o evento esportivo.

Emerge, novamente, a contraditória relação presente nos discursos oficiais e midiáticos entre esporte e inclusão. Inclusão de quem? O atleta “herói” utilizado como representante nacional está atrelado aos padrões de eficiência e produtividade. Desse ponto de vista, os atletas com deficiência serviram para muitas matérias comoventes, televisionadas e impressas, sobre a capacidade de superação individual das pessoas quando se envolvem com o esporte. Mas, para permanecer “herói”, é preciso adequar-se a padrões de beleza e perfeição corporal e de saúde. Senão, resta o esquecimento, a falta de patrocínio e a espera pelo pagamento dos prêmios que ganharam.

Tem-se, ainda, a matéria intitulada “Olimpíada Brasileira”, escrita por um leitor do jornal em análise: Frederico Rodrigues Nogueira Filho. Ele inicia dizendo que “Parece que chegamos ao alerta vermelho da desonra do esporte nacional”. Ele critica a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de colocar a Educação Física como matéria de “sala de aula” e aponta a falta de materiais, vestiários e Jogos da Primavera como forma de combater o esporte de rendimento. Nessa trilha, ele afirma “Imagine você, que existem pessoas contra o que é melhor: rendimento”. (NOGUEIRA FILHO, F. R. *A Tarde*, Olimpíada Brasileira, Salvador, BA)

O leitor critica, ainda, que o orçamento que o governo brasileiro investe em esporte não é comparável ao que os países desenvolvidos investem. E chama a atenção que isto é resultado da corrupção que faz com que a maioria da população não receba de volta em benefícios o que paga em impostos.

Este escrito dá muitos elementos para discussão. Primeiro, o equívoco de que a LDBE coloca a Educação Física para a “Quadra de aula”. A legislação diz apenas que a Educação Física precisa estar integrada à proposta pedagógica das escolas e as situações em que a mesma é facultativa. A Lei não aponta, todavia, o local onde a aula deve acontecer, apesar de reconhecermos o engano recorrente ou interpretação conveniente que muitos gestores fazem do trecho “in-

tegrada à proposta pedagógica da escola” porque isto possibilita a diminuição de custos da verba escolar com quadra, material didático para a Educação Física.

Não obstante, reconhecemos e acreditamos que a escola não é espaço adequado para reproduzir o esporte de rendimento, e isso não significa ser contra ou a favor de algo. É, antes de tudo, reconhecermos que a instituição escolar tem cumprido, historicamente, o papel social de reproduzir metodologias segregadoras e excludentes, utilizando o esporte como elemento para seu marketing: “a boa escola é aquela que ganha muitas medalhas”.

Interessante é notar, no entanto, que o leitor cobra investimento no esporte, de modo que, reconhecemos essa necessidade, mas que isso deva ocorrer considerando o esporte como vivência que possibilite a emancipação e a cidadania.

Apesar do posicionamento do leitor escritor, é interessante destacar em relação a essa matéria o espaço que o jornal possibilita para a crítica que aparece nas mídias de massa. Ou seja, o jornal enquanto meio de comunicação é espaço de entraves e disputas.





# 5 Desafios da comunicação na afirmação do esporte como direito

[...] é assegurado a todos o acesso à informação.  
(BRASIL, 1988)

Ao término do trabalho, além da concretização dos objetivos previstos, identificamos problemáticas específicas que podem vir a ser analisadas através da continuidade de investigação nessa linha, na perspectiva de melhor entender as categorias estudadas e propor um entrecruzamento entre as políticas públicas federais de comunicação e de esporte.

As informações levantadas ao longo do estudo, notadamente as referentes às investigações realizadas diretamente nos jornais, nos permitem afirmar que o trato das notícias sobre as políticas públicas federais de esporte potencializa o abismo entre os programas e ações federais brasileiras e o fazer esportivo nas comunidades baianas. A rigor o modo superficial, fragmentado e episódico das informações circuladas no período recortado revelou a necessidade de rever o diálogo da Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte com a mídia impressa.

Os jornais pesquisados (*A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*) são periódicos do terceiro Estado brasileiro de maior população e território do Brasil e do maior Estado do Nordeste. Ou seja, são os que têm maior circulação no Estado da Bahia e, portanto, são aqueles mais acessados como fonte de notícia radiofônica e informação sobre os mais diversos assuntos. Trata-se, portanto, de um campo amostral importante para entender, em caráter preliminar, tal problemática no âmbito nacional.

Nestes jornais, foram feitas análises das edições que circularam entre 2003 e 2006, período do primeiro quadriênio da gestão do Governo do Presidente Lula. As caminhadas de levantamento documental obrigaram os pesquisadores a buscar nos arquivos dos jornais e, também Internet, naqueles jornais que mantêm arquivos digitais, como é o caso do jornal *A Tarde*, as informações fundantes da pesquisa, num processo difícil e prazeroso de exercício investigativo.

No que se refere ao que foi divulgado pelos jornais no período da pesquisa, encontramos um número de 35 matérias que tratam das políticas públicas federais de Esporte nos periódicos impressos de circulação estadual da Bahia. Os jornais estudados sinalizam, de um modo geral, que a mídia impressa dá mais atenção às práticas esportivas do que às políticas, programas e ações que as organizam. Foram diversas as temáticas encontradas, mas houve destaque para elementos relativos ao universo do esporte de rendimento, tanto no debate da legislação esportiva para garantir a realização de grandes eventos esportivos quanto no que se refere ao financiamento no campo esportivo. Muitas reportagens faziam alusão à dimensão da inclusão social como consequência da prática esportiva.

As temáticas já dão pistas das concepções de esporte nas matérias pesquisadas e da função social que tal fenômeno assume nas mesmas. No que diz respeito ao debate relativo à inclusão social, as matérias e os discursos nelas descritos vinculam o esporte à inclusão, como se a prática esportiva por si mesma já garantisse tal condição

aos sujeitos beneficiados nos projetos sociais descritos e nas ações governamentais.

Entendemos, não obstante, que o debate sobre inclusão deve ir à raiz e ser mais profundo. Inclusão está relacionada à tolerância com a diversidade cultural, pluralidade étnico-racial, singularidade de gênero e à igualdade no acesso aos direitos. Isto passa pela necessidade de o Estado assumir os direitos sociais conquistados pelos movimentos sociais e desenvolvido por governos e parlamentos socialmente referenciados e em consonância com a afirmação da cidadania emancipatória, de vida digna por toda a vida.

Todas essas questões seguem o caminho contrário às ações políticas que advogam o modo de organização capitalista. Não podemos, portanto, vincular esporte a inclusão de forma mecânica como o esporte em si promovesse inclusão social. Retomamos o entendimento do esporte como fenômeno cultural, historicamente situado e resultante de políticas e dinâmicas societárias.

A atenção ao esporte de rendimento e ao universo do futebol com bastante destaque também foram motivo de ampla reflexão. Sabe-se que, na atualidade, o universo do rendimento é uma âncora comercial de corpos, equipamentos e vestuários. Outras referências de esporte e de cultura corporal são possíveis. Podemos e devemos ir muito além do universo do esporte de rendimento. Consideramos o encontro do esporte com o lazer um desafio estratégico para as políticas públicas no Brasil e fundamental para a edificação de um sistema nacional setorial.

Ficou evidente, ainda, a reprodução superficial das matérias sobre esporte que em grande medida surgem em parte das agências de notícias e/ou vem das assessorias de imprensa oficial. Nesse sentido, os jornais como meio de produção cultural estão desafiados a ampliar sua interlocução e a afirmar o esporte como direito.

Nesse sentido, continua atual a luta iniciada na década de 70, pela Democratização dos Meios de Comunicação, do subliminar quarto

poder. Ao lado dessa luta história, importa adicionar uma luta imediata, qual seja: a necessária revisão acerca do modo de socialização da informação pública. A compreensão política e acadêmica desenvolvida pelo Grupo MEL, acerca da relevância do acesso democrático e popular, é reafirmada nessa investigação.

É possível reconhecer uma crescente produção literária crítica a respeito do direito à informação transparente e oficial bem como o fortalecimento de *locus* políticos, técnicos e abertos, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação<sup>6</sup> que congrega entidades da sociedade civil em sintonia com a comunicação pública socialmente referenciada e da I Conferência Nacional de Comunicação.<sup>7</sup>

Tais iniciativas são fundamentais e vêm sendo desenhadas a partir de ordenamentos legais, políticas públicas setoriais e ações estratégicas dos movimentos sociais vinculados à comunicação no Brasil. Vale ressaltar, quatro estratégias apontadas pelos movimentos com vistas a qualificar politicamente a ação do Estado em prol das necessárias transformações sociais: controle público, tomando como referência as relações democráticas; reestruturação na área das comunicações visando garantir programação regional e plural; formação e autonomia intelectual dos cidadãos e cidadãs por fim, uma política de desenvolvimento da comunicação de caráter educativo, cultural, ambiental e informativo.

Tais fóruns vão ao encontro do que afirmou a I e II Conferências Nacionais do Esporte<sup>8</sup> e visam alterar a lógica da informação pública, notadamente no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer.

---

<sup>6</sup> O Fórum congrega entidades da sociedade civil com o objetivo de discutir e enfrentar dilemas relativos à comunicação no Brasil. Ver mais em [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)

<sup>7</sup> Depois de concluídas as etapas regionais, foi realizado no período de 1º a 3 dezembro de 2009, em Brasília, sob a coordenação do Ministério das Comunicações, a I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) que desenvolveu os seus trabalhos com o tema: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”.

<sup>8</sup> Ver mais em [www.esporte.br](http://www.esporte.br)

Ao concluir a presente escrita, vale destacar em anexo as fotografias feitas durante algumas das atividades de estudo, pesquisa e desenvolvimento pelo grupo e parte dos recortes das matérias encontradas.

Ao lado da presente publicação é possível encontrar o relatório expandido da pesquisa na página do Grupo de Mídia/memória, Educação e Lazer – MEL, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e no Ministério do Esporte, bem como em artigos temáticos, comunicações orais e pôsteres apresentados em eventos científicos.

Cabe ainda registrar o intento do estudo de contribuir na redefinição geopolítica da circulação da informação sobre as políticas públicas federais de esporte e lazer no Brasil e provocar as assessorias públicas de comunicação sobre a relevância de ampliar a compreensão do fazer esportivo e buscar dialogar com agências, radialistas e jornalistas sobre as políticas, programas e ações de esporte e lazer do nosso país continental.



# Referências

ALVES, Luiz Roberto. *Comunicação e políticas públicas ou de como fazer retornar a cidadania à cidade*, 1998. (mimeo).

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas Públicas. In: GOMES, Cristianne Luce. (Org.). *Dicionário Crítico de Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.

ARAUJO, Silvana Martins e MAGALHÃES, Ywry. Políticas Públicas de Esporte e lazer em São Luiz-MA. In: ARAUJO, Silvana Martins e VIANA, Raimundo Nonato Assunção. *Esporte e Lazer na Cidade de São Luis-MA*. São Luis: EDUFMA, 2008.

ASSIS, Sávio de Oliveira. *Reinventando o esporte: possibilidades de prática pedagógica*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETTI, Mauro. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte*. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Estatuto de Defesa do Torcedor*. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.



BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 0, ago. 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Gestão pública e política de lazer: formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.

COELHO, Paulo Vinicius. *Jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2003.

CRESTANI, Leandro de Araújo. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In.: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação* (Pierre Bourdieu). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso. et al (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DEMETER, Paulo Roberto. *Políticas públicas: é preciso conhecer*. Disponível em: <[www.aatr.org.br](http://www.aatr.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2003.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da Educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: temas da cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula. (Org.). *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo : Annablume; Fapesp, 2002.

KRESS, Ghunter. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a integração. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (Org.). *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. São Paulo: Cortez, 2003.

KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 6. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

LEANDRO, Paulo Roberto. *O jornalista e o cartola: o jornalismo esportivo impresso na Bahia e sua resistência ao campo da política*. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

LEIRO, Augusto César Rios. *Educação e mídia esportiva: representações sociais das juventudes*. 2004. 290f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MARCISSA, Luciana e SOUZA Wilson Luiz Lino. Da experiência lúdica a formação do cidadão: pressupostos políticos e pedagógicos do esporte e lazer da cidade de Ipatinga. In: CASTELLANI FILHO, Lino. *Gestão Pública e política de lazer: formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARTINS, Marcos Francisco. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético-político e pedagógico do senso comum e da filosofia em Gramsci. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: IZAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2006.
- PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEREIRA. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso. et al. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- PIRES, Giovani de Lorenzi. *Educação física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória*. Ijuí: Unijuí, 2002.
- PIRES, Giovani de Lorenzi; SILVEIRA, Juliano. Esporte educacional... Existe? Tarefa e compromisso da educação física com o esporte na escola. In: SILVA, Mauricio Roberto (org.). *Esporte, educação, estado e sociedade*. Chapecó: Argos, 2007.
- PRETTO, Nelson de Lucca. Professores universitários em rede: um jeito harker de ser. Anais do XV ENDIPE, 2010.
- SCHMIDT, Benicio Vieiro. *O estado, a nova esquerda e o neocorporativismo*. (1996). (mimeo).
- SILVA, M. R.; SILVEIRA, J.; ÁVILA, A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, M. R. (Org.). *Esporte, educação, estado e sociedade*. Chapecó: Argos, 2007.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.
- STIGGER, M. P. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Disponível em: <[www.aatr.org.br](http://www.aatr.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2003.

VENTURINI, Micheli. Educação, TV digital e mídia esportiva: um sinal de qualidade? 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2009.



# Anexos

*Fotografias dos espaços do Grupo Mel em atividades de pesquisa da Rede Cedes*



Grupo Mel em atividade de pesquisa



Primeira sala de atividades do grupo MEL (UFBA)

Recortes de Jornais



Jornal A Tarde, 31/01/2005



Jornal A Tarde, 17/02/2004



Jornal A Tarde, 19/12/2003



Jornal A Tarde, 26/02/2004



Esta obra foi publicada no formato 150 x 210mm  
utilizando as fontes Myriad Pro e DIN  
Impressa no Setor de Reprografia da EDUFBA  
Impressão de capa e acabamento da Cian Gráfica  
Papel Alta alvura 75 g/m<sup>2</sup> para o miolo e  
Cartão Supremo 250 g/m<sup>2</sup> para a capa.  
Tiragem de 300 exemplares

Salvador, 2012